



Ministério da Educação

Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação / Orientações Gerais

Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação

Orientações Gerais

3ª edição atualizada e revisada – 2008

**Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação**

Orientações Gerais

2ª edição atualizada e revisada – 2008

Brasília

Governo Federal

Ministério da Educação

Secretaria de Educação Básica

Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica

Universidade de Brasília – UnB

**Curso Técnico de Formação para
os Funcionários da Educação**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Orientações Gerais / elaboração: SEB/MEC e CEAD/FE/UnB. – Brasília : Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.

88p. : il. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profucionário ; 1)

1. Profissionais da educação. 2. Educação básica. 3. Educação escolar. I. SEB/MEC e CEAD/FE/UnB. II. Título.

Apresentação

Prezado(a) participante do Profucionário,

O Ministério da Educação(MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica(SEB), fortalece e amplia neste ano de 2008 o Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores (Profucionário). Esse programa do Governo federal que tem como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, visando contribuir para reverter a dívida histórica do Estado brasileiro para com o segmento de funcionários da educação.

O MEC propôs ao Conselho Nacional de Educação(CNE) a inclusão, nas atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de uma área específica de educação, não só para a aquisição das competências necessárias para o bom desenvolvimento das atividades educacionais, mas também como instrumento importante para a construção da identidade dos funcionários da educação e sua valorização. Em atenção à solicitação do MEC, o Conselho Nacional de Educação optou por incorporar às Diretrizes Curriculares Nacionais uma 21ª Área Profissional: a de Serviços de Apoio Escolar, com habilitações em Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multi-meios Didáticos e Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar.

O Parecer CNE/CEB nº 16/2005, aprovado em 03/08/2005 e homologado pelo Ministro da Educação em 26/10/2005, contribuiu efetivamente para a realização do Profucionário – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, e busca unir as dimensões técnicas e pedagógicas imprescindíveis para a formação humana, comprometida ética e profissionalmente, com a construção de uma educação de qualidade para todos.

A implantação do Profucionário consolida-se desde 2006 em regime de colaboração com os sistemas de ensino e com a participação de entidades como o CONSED, a Undime, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação(CNTE) e os Conselhos Estaduais de Educação(CEE).

Como em todo curso, ou em qualquer situação nova, haverá momentos desafiadores. Mas não tenha dúvida: todos encerram experiências que foram longamente pensadas e planejadas para gerar um efeito positivo e direto na sua atuação como educador.

Esperamos que o desenvolvimento do Profucionário, o convívio com as equipes de trabalho e os materiais propostos tragam momentos proveitosos a você.

Um excelente curso!

São os votos do Governo Federal/Ministério da Educação

Sumário

INTRODUÇÃO - 11

UNIDADE 1 - ORIENTAÇÕES CONTEXTUAIS - 13

UNIDADE 2 - ORIENTAÇÕES SOBRE OFERTA A DISTÂNCIA - 29

UNIDADE 3 - ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS - 44

UNIDADE 4 - EMENTÁRIO - 81

REFERÊNCIAS - 88

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Currículo para formação do Técnico em Gestão Escolar – **63**
- Quadro 2 - Currículo para formação do Técnico em Multimeios Didáticos – **66**
- Quadro 3 - Currículo para formação do Técnico em Alimentação Escolar – **69**
- Quadro 4 - Currículo para formação do Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-Estrutura Escolar – **72**
- Quadro 5 - Quadro geral dos módulos conforme formação específica – **73**
- Quadro 6 - Resumo do processo de avaliação – **77**

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Esquema do contexto de construção da proposta do Profuncionário – **28**
- Figura 2 - Organograma para o funcionamento do curso a distância – **39**
- Figura 3 - Cruzamento dos eixos de formação – **53**
- Figura 4 - Esquema das relações entre os eixos na constituição do currículo – **61**

LISTA DE SIGLAS

AFUSE - Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação de São Paulo

CEAD - Centro de Educação a Distância

CEB - Câmara da Educação Básica

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CNE - Conselho Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONSED - Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação

Dase - Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistema de Ensino

EAPE - Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação

FE - Faculdade de Educação/UnB

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação

PCT - Pólo Central de Tutoria

PPS - Prática Profissional Supervisionada

PNE - Plano Nacional de Educação

SAE - Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal

SINTEP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso

UnB - Universidade de Brasília

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

INTRODUÇÃO

Este documento foi construído com o objetivo de situar todos os sujeitos envolvidos com o Profucionário na sua proposta político-pedagógica.

Proposta político-pedagógica refere-se aos princípios que orientam as escolhas conceituais e metodológicas feitas para o planejamento do processo de formação profissional dos funcionários da educação. Abrange a concepção de técnico em educação, isto é, o objetivo que se pretende alcançar, bem como as concepções de todos os elementos envolvidos no processo formativo, tais como: competências, valores, conhecimentos, habilidades, aprendizagem, currículo, experiência prática, avaliação.

Portanto, a proposta político-pedagógica é um plano de formação orientado por certos princípios, concepções e métodos. Sendo um plano, a proposta orienta, constitui-se em referência, mas não determina as ações a serem realizadas nem as experiências a serem vividas a partir dele.

Esta proposta, é claro, não foi elaborada do nada. Ela foi construída em certas condições contextuais em relação às quais se situa, envolvendo aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e legais.

Ter notícias sobre o contexto de construção ajuda a compreender a proposta. As orientações contextuais do Profucionário constituem, assim, a primeira parte deste documento.

Em relação ao contexto, a modalidade em que o Profucionário é oferecido, educação a distância – EAD, é um elemento que o diferencia. Ter noção sobre o que é a EAD, como funciona e que atores estão envolvidos e organizados em torno da proposta, também é importante para compreendê-la. Essas noções são encontradas na segunda parte do documento.

Na terceira e na quarta partes, encontra-se a proposta político-pedagógica propriamente dita.

Na terceira, situam-se os objetivos da proposta, os princípios que a orientam, as competências e os conhecimentos previstos para uma formação consistente e coerente com os objetivos, como se pensa o processo de aquisição e construção de competências e conhecimentos, por meio de que material e como esse material foi elaborado. Além disso, é claro, encontram-se na terceira parte os princípios e as orientações sobre o processo de avaliação do desempenho do cursista.

Na quarta e última parte, encontra-se o ementário do curso pelo qual se indicam os conteúdos sugeridos para cada um dos trinta e sete módulos que compõem as quatro habilitações previstas no Profucionário: Técnico em Gestão Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Alimentação Escolar e Técnicos em Meio Ambiente e Manutenção de Infraestrutura Escolar.

Além de saber do objetivo e da organização deste documento, é importante que se tenha muito claro o seu significado histórico: este documento expressa as orientações político-pedagógicas do **primeiro** Curso Técnico de Formação para Funcionários da Educação, com abrangência **nacional** e a ação de uma política do Governo Federal.

Então, todos os que precisam ler este documento (cursistas, tutores, professores orientadores, equipes de coordenação estaduais e outros) para se situarem sobre a proposta e para torná-la realidade, devem estar conscientes de que vão construir concretamente o Profucionário tecendo os fios da história da profissão de técnico em educação, bem como participando das transformações na história da educação brasileira.

Talvez, daqui a poucas décadas, nenhum de nós esteja aqui para contar esse pedaço de história que estamos vivenciando aos nossos netos. Mas é bem possível que alguns deles estejam estudando para serem técnicos em educação e, ao estudar a história da profissão, vão estudar este documento, entre muitos outros, além das pesquisas que se realizarem sobre a concretude do Profucionário, para entender quando e como os funcionários da educação conquistaram e concretizaram o direito à profissionalização, e que transformações ocorreram de agora até lá.

1

**Orientações
contextuais**

Neste primeiro momento, pretende-se situar o Profuncionário no contexto das orientações legais que o fundamentam.

Essas orientações, contudo, estão inspiradas em outras experiências formativas conhecidas (municipais e estaduais), que possibilitam perceber com clareza como vem sendo construída historicamente a profissionalização dos funcionários da educação.

Assim, aqui se encontram os principais elementos contextuais, incluindo acontecimentos, atores, entidades e legislação, que podem ajudar a compreender a construção da proposta político-pedagógica do Profuncionário.

1.1 Outras experiências com formação profissional dos funcionários da educação

O Profuncionário não é a primeira experiência na formação profissional de funcionários da educação, embora seja a primeira como política de governo, no caso, do Governo Federal.

Antes dele, e ainda hoje, existiram e existem outras experiências que serviram e servem de inspiração tanto à legislação e normatização da profissão quanto à proposta de formação profissional aqui apresentada.

Essas experiências dizem respeito aos cursos profissionais de nível médio para a formação em serviço dos funcionários da educação, fruto de longa discussão iniciada no fim da década de 1980, em Mato Grosso, no Sindicato dos Trabalhadores em Educação – SINTEP (antiga Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação) e realizados em quatro experiências de cursos presenciais:

- a) Projeto Arara Azul, em Mato Grosso, que habilitou mais de 5.000 funcionários da rede estadual, de 1992 a 2005;
- b) Cursos Profissionais da Rede Municipal de Cuiabá, que formaram cerca de 1.000 funcionários entre 1995 e 2005;
- c) Cursos Profissionais da Rede Estadual do Acre, que habilitaram cerca de 300 funcionários entre 2000 e 2002;
- d) Cursos Profissionais da Rede do Distrito Federal, que tiveram uma versão coordenada pelo SAE em 1996-97-98, que habilitaram cerca de 100 funcionários em três cursos técnicos, e outra, coordenada pela EAPE, interrompida no final de 1998, quando foi oferecida para 600 funcionários.

As quatro experiências foram construídas em consonância com a concepção da soma de três blocos de ensino-aprendizagem: um pedagógico, outro técnico e um terceiro de prática profissional.

Partia-se do pressuposto de que os cursos formavam educadores de nível médio e, portanto, abrangiam um conjunto de disciplinas pedagógicas oferecidas pelo curso normal, com exceção da Didática e das Metodologias de Ensino, próprias da formação de professores.

Além de educadores, os cursos formavam técnicos em quatro especialidades: alimentação, gestão, multimeios didáticos e manutenção de infra-estrutura escolar, motivo pelo qual era imprescindível a oferta de um conjunto de disciplinas com o conteúdo técnico específico, e carga horária substancial de prática, que levassem às novas identidades profissionais. Estas se baseavam e, ao mesmo tempo, iam além dos papéis tradicionais de merendeira, escriturário, agente administrativo, agente de biblioteca ou laboratório, auxiliar de limpeza ou vigilância. Daí a afirmação de que se tratava – na modalidade de formação em serviço – de um processo de transformação, mais do que de formação.

Como ainda não havia sido aprovada a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases – LDB e muito menos publicado o Decreto nº 2.208/1997, cada curso foi proposto em três blocos: dois comuns, de educação geral e pedagógico, e um específico para cada habilitação. A sugestão era de que o primeiro bloco fosse formado por oito disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Matemática, Ciências Físicas, Químicas e Biológicas, Geografia, História, Artes e Educação Física, com um mínimo de 900 horas. Que o bloco de formação pedagógica tivesse cinco disciplinas, com um mínimo de 300 horas: História da Educação, Sociologia e Economia da Educação, Filosofia e Antropologia da Educação, Psicologia e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica. O bloco de formação técnica, com 1.200 horas, fosse formado pelas disciplinas específicas (800 horas) e pelo Estágio Supervisionado (400 horas).

Em cada bloco de formação técnica, existia uma disciplina introdutória da habilitação que “puxava” as demais e fazia o nexo científico com a área de conhecimento técnico correspondente. Assim apareciam “Teorias Administrativas”; “Teorias da Comunicação”; “Teorias da Nutrição” e “Teorias do Espaço Escolar”, que fundamentavam e orientavam as demais disciplinas.

As experiências de oferta dos cursos, citadas anteriormente, mostraram que, na área técnica, algumas disciplinas poderiam ser comuns às quatro habilitações, como “Informática” e “Direito Administrativo e Trabalhista”. Em cada um dos cursos, sentiu-se a necessidade de mudar, por acréscimo, supressão ou substituição, as disciplinas propostas, mantendo-se sempre a “disciplina teórica introdutória e fundante”.

Além dessas experiências, também deve ser citado o Projeto Pé de Cedro. O Pé de Cedro, como projeto, foi mais um avanço do ponto de vista da proposta curricular para a constituição das identidades profissionais dos funcionários, especialmente em relação ao conjunto de disciplinas de formação pedagógica assim constituído: História e Política da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia e Organização da Educação Básica no Brasil. As cargas horárias propostas foram reduzidas de forma a compor 1.000 horas para todo o curso técnico, excluída a educação geral. A “Prática Supervisionada” passou a ser de 300 horas, mesmo número exigido pela LDB na formação de todos os profissionais da educação.

Embora a proposta do Pé de Cedro não tenha sido concretizada, foi base de inspiração e orientação ao projeto do curso Técnico em Gestão Escolar para formação de funcionários da rede estadual do Mato Grosso do Sul.

Esse curso já formou 90 profissionais. É oferecido na modalidade presencial e seu currículo está organizado em três módulos, com uma carga horária total de 800h, para habilitação de Técnico em Gestão Escolar, ou 520h para qualificação como Assistente em Gestão Escolar, não prevendo carga horária para prática supervisionada.

O Módulo I é composto por: Psicologia Aplicada, Informática, Gestão de Pessoal, Gestão Financeira, Teorias da Administração e Redação. O Módulo II por: Escrituração Escolar, Informática, Gestão de Pessoal, Gestão Financeira, Teorias da Administração, Sociologia e Filosofia. Por fim, o Módulo III é constituído por: Escrituração Escolar, Teorias da Comunicação, Gestão de Biossegurança, História da Educação, Políticas Educacionais e Tecnologia de Informação e Comunicação(TIC's).

Esse acúmulo de experiências se desenvolve sobre uma base que prevê três momentos diferentes na formação: a formação pedagógica inspirada nos fundamentos da educação do curso normal para formação de professores; a formação específica conforme a habilitação profissional, sempre orientada por uma teoria; e a parte de prática profissional supervisionada.

Em relação a essa base curricular, a proposta de formação do

Profuncionário é um novo momento, de acúmulo e diferenciação, no processo de construção das referências para a formação profissional e de reconstrução¹ das identidades profissionais. Processo no qual tanto o Ministério da Educação quanto o Conselho Nacional de Educação se inspiraram para propor e definir as Diretrizes Curriculares da Área 21, como será visto na seqüência deste documento.

1.2 Fundamentação legal: legislação e normatização

Os princípios gerais da política de formação profissional do Técnico em Educação estão contidos na Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional da Educação - PNE - (Lei nº 10.172/2001) como se segue:

Na Constituição Federal encontram-se os seguintes princípios:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

[...]

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira com ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade.

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal .

¹A palavra reconstrução é usada neste documento com inspiração em Habermas (1983). Trata-se, aqui, de um processo de desmontar para depois remontar de modo novo. Esse processo possibilita tanto a conservação como a transformação do que existe, além de possibilitar a criação de algo novo.

Na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, encontram-se os seguintes princípios:

Art. 1 A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

[...]

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX – garantia de padrão de qualidade;

X – valorização da experiência extra-escolar;

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 61 A formação de profissionais da educação,

de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

[...]

Art. 64 A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Já no Plano Nacional de Educação - PNE, encontram-se as seguintes metas e objetivos:

10.3.25 Identificar e mapear, nos sistemas de ensino, as necessidades de formação inicial e continuada do pessoal técnico-administrativo, elaborando e dando início à implementação, no prazo de três anos a partir da vigência deste Plano, de programas de formação.

10.3.26 Criar, no prazo de dois anos, cursos profissionalizantes de nível médio destinados à formação de pessoal de apoio para as áreas de administração, multimeios e manutenção de infra-estruturas escolares, inclusive para alimentação escolar e, a médio prazo, para outras áreas que a realidade demonstrar ser necessário.

O Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação estabelece, como uma das diretrizes desse plano, “a instituição de programa próprio ou em regime de colaboração para formação inicial e continuada de profissionais da Educação” (Art. 2º-XII).

Assim, para contextualizar o Profuncionário em relação à legislação e à normatização que o regulamentam, pode-se dizer o seguinte:

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, a LDB. Por ela foram definidos os dois níveis da educação escolar

– o básico e o superior – e fixada a educação profissional como modalidade, que, “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (Art. 39).

Uma das articulações com a educação básica, já tradicional no país, mereceu o texto do § 2º do art. 36: “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”.

Entretanto, o Decreto nº 2.208/1997 separou os cursos profissionais do curso “comum” de ensino médio, exigindo do estudante duas matrículas, sendo a profissional concomitante ou subsequente à do ensino médio.

Ora, quem conclui o ensino médio, culturalmente, se dispõe mais a ingressar no ensino superior do que a “voltar” à busca de um diploma no nível já atingido, ainda que profissional. O resultado foi a desvalorização dos cursos técnicos, tanto na rede federal como nas redes estaduais.

Daí a revisão da concepção pelo Decreto nº 5.154/2004. Por ele, volta-se a admitir (como sempre aconteceu no caso do curso normal de nível médio, para formação de professores) a oferta de cursos profissionais “integrados”, ou seja, com dupla composição e terminalidade, mas com currículo unificado. Não se nega a possibilidade de cursos profissionais concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, mas recomenda-se a oferta de cursos integrados, com o cuidado de não aligeirar, como aconteceu de 1971 a 1996, a formação geral. Assim, volta-se a encarecer o currículo de jornada integral ou de quatro anos.

É à luz da evolução destes dispositivos legais que temos de entender o Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação nº 16/1999 e a Resolução nº 4/1999, que o acompanha.

Do Parecer pode-se extrair três pequenas passagens que resumem o pensamento sobre o currículo da educação profissional, aplicável inicialmente a vinte áreas de trabalho, às quais se somou a 21ª Área, a dos Técnicos em Educação, criada pela Resolução nº 5/2005. Seguem as passagens:

As presentes diretrizes são o conjunto articulado de princípios, critérios, definição de competências profissionais gerais de técnico por área profissional e procedimentos a serem observados pelos sistemas

de ensino e pelas escolas na organização e no planejamento da educação profissional de nível técnico.

As Diretrizes devem possibilitar a definição de metodologias de elaboração de currículos a partir de competências profissionais gerais do técnico por área; a instituição deve poder construir seu currículo pleno de modo a considerar as peculiaridades do desenvolvimento tecnológico, com flexibilidade, e atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade.

Para efeito deste Parecer, competência profissional é a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho.

No complexo mundo do trabalho do século XXI, encontram-se duzentas mil escolas no Brasil, nas quais trabalham mais de um milhão de funcionários “ditos não-docentes”, que são convidados, por uma política de valorização profissional, a transitar de suas tarefas subalternas e desvalorizadas para funções educativas de crescente complexidade.

Além do dito acima, do ponto de vista legal e normativo, o Profuncionário, como ação para formação inicial e em serviço de educadores, está na confluência de cinco determinações curriculares: é um curso profissional, de nível médio, para capacitação de educadores, oferecido a jovens e adultos, a distância. Por isso, ao ousar não somente listar conteúdos de seu currículo pleno, mas oferecer material didático que os desenvolve, o Profuncionário precisa atender tanto aos dispositivos constitucionais e da LDB como às diretrizes curriculares da etapa e das modalidades que o constituem.

Finalmente, o “norte” que orienta a organização e o desenvolvimento das quatro habilitações propostas pelo Profuncionário, é a qualidade da educação pública, feita pela valorização dos educadores, pela participação democrática de toda a comunidade escolar e pela construção de novas competências dos técnicos que serão formados.

As bases legais do Profuncionário derivam, portanto, dos preceitos constitucionais (art. 205 a 214), dos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996, do Decreto nº 5.154/2004, bem como das Diretrizes Curriculares

Nacionais emanadas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em especial:

a) Relativas ao Ensino Médio

Parecer CNE/CEB nº 15/1998, aprovado em 1º de junho de 1998: Regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução CNE/CEB nº 3, de 26 de junho de 1998: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;

Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005: Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004;

Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006: Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

b) Relativas ao Ensino Médio na Modalidade Normal

Parecer CEB nº 1, aprovado em 29 de janeiro de 1999: Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores na Modalidade Normal em Nível Médio;

Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nível médio e modalidade Normal.

c) Relativas à Educação de Jovens e Adultos

Parecer CNE/CEB nº 11, aprovado em 10 de maio de 2000: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;

Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos;

Parecer CNE/CEB nº 20, aprovado em 15 de setembro de 2005: Inclusão da Educação de Jovens e Adultos, prevista no Decreto nº 5.478/2005, como alternativa para a oferta da Educação Profissional Técnica de nível médio de forma integrada com o Ensino Médio.

d) Relativas à Educação a Distância

Parecer CNE/CEB nº 41, aprovado em 02 de dezembro 2002: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação à Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio.

e) Relativas à Educação Profissional de Nível Médio

Parecer CEB nº 16, aprovado em 5 de outubro de 1999: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;

Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de novembro de 1999: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;

Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005: Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB nº 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004.

f) Relativas à Área 21 na Educação Profissional

Parecer CNE/CEB nº 16, aprovado em 3 de agosto de 2005: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar;

Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de novembro de 2005: Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

1.3 Construção da proposta do Profucionário

Como se vê, a 21ª Área na Educação Profissional: Serviços de Apoio Escolar, foi criada pela Resolução CNE/CEB nº 5/2005 que, por meio do Parecer CNE/CEB nº 16/2005, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação nessa Área Profissional.

A legislação e a normatização específicas sobre a formação profissional de funcionários da educação, portanto, são muito recentes e estão inseridas no contexto dos princípios que orientam a educação profissional em geral.

Contudo, simbolizam o reconhecimento social da profissão de

técnico em educação e garantem o direito à profissionalização dos funcionários da educação em efetiva atividade e de outros cidadãos que a desejarem. Reconhecimento da profissão e direito à profissionalização que são resultados de um processo de luta e construção política dos trabalhadores/profissionais da educação que dura décadas, senão séculos. Uma história que ainda não terminou e que merece ser conhecida e construída com a participação de todos. Porém, infelizmente, não cabe contá-la em detalhes agora².

É importante, entretanto, conhecer os acontecimentos mais recentes para que se fique bem situado em relação ao Profissional e ao contexto em que cada um está inserido como participante protagonista.

Em 2004, o Ministério da Educação – MEC, por meio do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino – Dase, tomou como uma de suas políticas a valorização dos funcionários da educação.

Essa política significa a conquista dos trabalhadores em negociação com os poderes públicos e com suas entidades representativa, acolhida e levada a sério pelo MEC, que passou a concretizá-la a partir do Seminário Nacional sobre Política de Valorização de Trabalhadores em Educação – em cena os funcionários de escola, que foi o acontecimento que possibilitou a elaboração de um documento orientador das ações dessa política de abrangência nacional.³

A política de valorização dos funcionários da educação constituiu um programa de ações articuladas em três frentes:

- a) reconhecimento das novas identidades funcionais;
- b) oferta de escolarização, formação inicial e continuada;
- c) estruturação de planos de carreira e implementação de piso salarial.

Considerando essas três frentes de ações, nota-se que, em relação à primeira, algumas conquistas já foram alcançadas, aquelas citadas sobre o reconhecimento social da profissão e a normatização do direito à formação profissional.

² Para saber um pouco dessa história, ver MONLEVADE, João Antônio C. *Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis*. Brasília: Idea, 2000, e NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino. *Funcionários da educação: da constituição da identidade à ação como co-gestores de escola*. Brasília: FE-UnB, 2006. (Dissertação Mestrado)

³ O documento intitulado “*Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola*”, foi publicado pelo MEC no mesmo ano e disseminado pelo Brasil.

Com a conquista do direito à formação profissional, buscada pelo MEC, essa instituição pôde tomar a iniciativa de produzir um Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, com as quatro habilitações previstas, como forma de concretizar uma das ações relativa à frente de oferta de escolarização, formação inicial e continuada dos funcionários da educação.

Bem entendido, o curso oferecido pelo MEC tem o objetivo de induzir e criar condições para a acolhida da formação profissional dos funcionários pelos sistemas de ensino do país, em especial dos estados e do Distrito Federal, responsáveis pela oferta do ensino médio profissional.

Nesse sentido, o Profuncionário é uma das expressões da disposição política do Governo Federal em adotar medidas e ações concretas de intervenção voltadas para a reconstrução da identidade profissional, da cultura e das imagens desses trabalhadores em todo o país.

O MEC estabeleceu interlocução com a União Nacional dos Dirigentes Municipais(Undime), com o Conselho Nacional dos Secretários de Educação – CONSED, com Conselhos Estaduais de Educação(CEE) e com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação(CNTE), visando construir as condições para a realização do Profuncionário em nível nacional.

Essa interlocução se deu por meio de seminários nacionais que resultaram em um projeto piloto nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Piauí e Tocantins, iniciado no ano de 2005.

Já foram realizados cinco seminários: em 2004, definição da política; em 2005, apresentação do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profuncionário) e formalização do Projeto Piloto para cinco estados da Federação(cerca de 5 mil funcionários) ; em 2006, apresentação e formalização do Projeto de Expansão para mais 12 estados(cerca de 18 mil funcionários); em 2008, o MEC promoveu, nos dias 25 e 26 de março, o IV Seminário Nacional do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (Profuncionário), com o objetivo de promover a troca de experiências entre os principais atores envolvidos na implementação e apresentar o novo arranjo institucional para o seu desenvolvimento. Esse novo arranjo incluiu, a partir do segundo semestre de 2008, a participação dos Centros Federais de Educação Tecnológica(Cefet's) o que possibilitou a ampliação da oferta de vagas para cursistas.

Nos dias 11 e 12 de agosto de 2008 ocorreu em Brasília/DF o Seminário Nacional de Professores Formadores de tutores do Profucionário, com participação dos Professores Formadores de Tutores(PFT) dos Cefets, dos coordenadores executivos do Profucionário nos estados e dos conteudistas dos módulos do programa.

O projeto piloto, por sua vez, foi construído conjuntamente pelo MEC e a Universidade de Brasília(UnB), por meio do Centro de Educação a Distância(CEAD) e professores da Faculdade de Educação/FE, que constituíram, no desenvolvimento da proposta, a equipe de Coordenação Pedagógica.

Essa equipe foi responsável pela produção inicial de materiais didático-pedagógicos do Profucionário, nas quatro habilitações, além de realizar a capacitação didático-pedagógica com as equipes de Coordenação Estaduais.

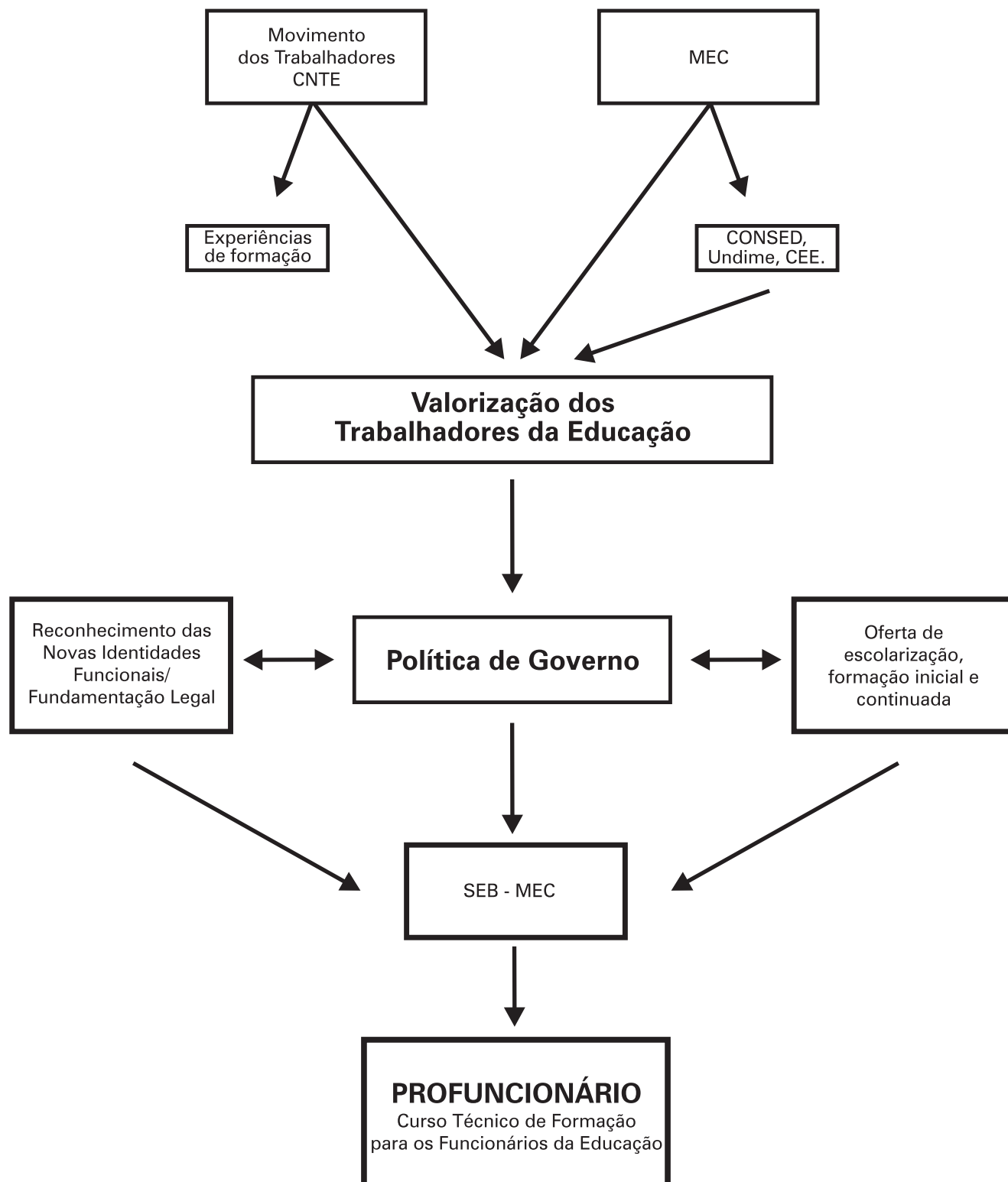
A Coordenação Pedagógica, durante meses, junto com o Dase, profissionais especialistas nas mais diversas áreas envolvidas no curso (enfermeira, nutricionista, engenheiro, arquiteto, fisioterapeuta, artista, entre outros) e funcionários da educação articularam e desenvolveram discussões, análises e reflexões sobre princípios filosóficos e pedagógicos desta formação profissional, sobre os conteúdos e competências que seriam construídos e adquiridos pelos funcionários. Esse trabalho resultou no conjunto de dezesseis módulos para cada um dos espaços profissionais (gestão, multimeios, alimentação e meio ambiente e infra-estrutura), sendo seis da formação pedagógica e dez da formação específica, incluindo sugestões para atividades de prática profissional supervisionada.

Por meio de reuniões de trabalho entre a Coordenação Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação e as Coordenações Estaduais, formadas por Secretaria Estadual de Educação, CEE, Undime e Sindicatos, fomentou-se iniciativas para que os estados assumissem essa política concreta de valorização dos trabalhadores da educação, o que de fato está acontecendo.

Depois disso, organizaram-se e realizaram-se as capacitações das equipes estaduais com a finalidade de desconstruir e reconstruir visões, imagens e concepções sobre a identidade profissional dos funcionários da educação e as novas demandas exigidas para os técnicos em educação.

Não é difícil notar, portanto, que a luta pelo reconhecimento profissional dos trabalhadores, incluindo experiências formativas, os princípios de política educacional contidos na LDB, a conquista do direito à profissionalização e as orientações legais sobre a formação profissional, de abrangência nacional, além da experiência do projeto piloto, são as coordenadas que situam no contexto histórico a proposta político-pedagógica do Profucionário, apresentadas neste documento.

Por meio da figura que segue, procura-se apresentar esquematicamente o processo de construção da política e da proposta de curso acima descrito.



2

Orientações sobre oferta a distância

Dado o primeiro passo, o de se situar no contexto de construção da proposta do Profuncionário, pode-se apresentar as condições da oferta a distância, sobretudo aquelas relativas aos aspectos pedagógicos, de acesso, organizacionais e estruturais.

O que se pretende, primeiro, é esclarecer em que consiste a Educação a Distância - EAD e que diferenças fundamentais ela apresenta em relação à educação presencial, tanto do ponto de vista pedagógico quanto da acessibilidade. Depois, apresenta-se a estrutura da oferta, mostrando como os atores se relacionam e que atribuições cabem a cada um. Mais adiante, indica-se que instituição, e em que condições, emitirá o certificado de conclusão do curso. Na quarta parte, apresenta-se o perfil desejável para o tutor, responsável pela permanência do cursista no curso e, por fim, orienta-se o cursista sobre como estudar a distância.

2.1 Aprender a distância

A proposta do Profuncionário é inovadora do ponto de vista da modalidade de ensino-aprendizagem. Uma experiência que, sendo a primeira para muitos, deve ser tomada como desafiadora e motivadora.

É preciso dizer isso porque se deve entender que o processo de ensino-aprendizagem, com o qual se está acostumado e que se conhece desde criança, necessita ser repensado.

A educação a distância - EAD, nesse sentido, torna mais acessível a educação formal e ajuda a repensar a tradição pedagógica, configurando-se como inovação na oferta do Profuncionário.

Basta estar aberto a essa nova experiência que, sem dúvida, se verá o grande salto que pode ser dado em termos de formação.

Mas do que é que se está falando realmente?

Todo funcionário acompanha o processo de aprendizagem na escola. Embora não tão diretamente ligado a ele, como o professor, mas o acompanha de perto dentro daquela função determinada que desempenha e que lhe possibilita um certo olhar sobre a educação.

Sem dúvida, o funcionário percebe que as crianças ou os jo-

vem se dirigem ao mesmo local, em determinados horários, para estudar. Durante cinco dias na semana os estudantes entram em sala de aula, onde os professores conduzem o seu aprendizado em matérias específicas, com tempo contado pela campainha ou pela sineta. Ali na sala de aula é que acontece a aprendizagem.

Nota-se que, nessa situação rotineira, existem duas restrições que condicionam o processo de aprendizagem: um espaço fixo e um tempo fixo.

Imagine, agora, se fosse possível flexibilizar esses dois fatores: que conseqüências isso poderia ter para o aprendizado? Imagine se fosse possível estudar na hora que se pode, ou que se quer, ou que se tem disposição? Ou em outros espaços mais agradáveis ou mais produtivos que o da sala de aula?

Um outro aspecto importante a ser levado em consideração, para entender-se a oferta a distância, é o de que os cursistas do Profucionário não são mais crianças, embora sempre possam manter esse espírito. No entanto, o fato é que, nesse momento, se está aprendendo na condição de adulto.

O que isso significa?

Estudos mostram que o adulto apresenta determinadas características que devem ser levadas em consideração para obter um aprendizado mais efetivo.

Quais seriam elas?

Diferente da criança e do jovem, cujas personalidades estão ainda em formação, com grandes inquietações e a perspectiva de futuro encontra-se ainda muito aberta, o adulto já apresenta a possibilidade de ser uma pessoa mais autônoma, com capacidade de realizar uma escolha responsável e prever as conseqüências de sua decisão. É capaz de assumir e cumprir compromissos. Esses elementos criam uma perspectiva que, sem dúvida, deve influenciar no modo como o adulto aprende.

Nessas condições, o aprendizado pode ser conduzido por aquele que assim o deseja e se compromete, o próprio cursista, bastando, além do desejo e do compromisso, ter à sua disposição as condições necessárias para tal.

Ao lado dessas características, existem outros fatores que podem condicionar todo esse processo e que o diferenciariam

da criança e do jovem. Por exemplo, seguramente o adulto é um trabalhador para quem estudar é secundário em relação ao trabalho e ao emprego. A necessidade de priorizar a sua condição de existência (o emprego e o trabalho) torna a possibilidade de estudar mais difícil e escassa. Nesse sentido, é natural que apresente um certo cansaço devido às horas trabalhadas.

Supõe-se que os cursistas do próprio Profucionário vivam essa dificuldade e tenham isso em mente, agora que estão se preparando para essa nova empreitada de estudo para formação profissional.

Ao mesmo tempo, em função da idade, o adulto já traz uma carga de experiência de vida que, sem dúvida, influencia em sua motivação e em sua capacidade para estudar e aprender, que tem a ver, também, com o peso de suas experiências escolares anteriores. Se elas foram positivas ou negativas, e se sua capacidade para enfrentar desafios pôde ser exercida, sem dúvida são elementos importantes a considerar no enfrentamento desse desafio que é aprender a distância.

O adulto também é mais suscetível e sensível a observações críticas, pois já possui personalidade e padrões de conduta estabelecidos. Qualquer situação diferente pode ter implicações sobre seus limites e possibilidades no aprendizado.

Uma outra característica ainda é a de que o adulto busca conseqüências práticas associadas à sua realidade para dar sentido ao seu aprendizado. No Profucionário mesmo, quem o cursa deve estar interessado em aprender mais para poder pensar e fazer de outra forma aquilo que já vem fazendo ao longo de sua experiência profissional. Além, é claro, de melhorar as suas condições de existência.

Então, com isso que foi considerado até agora, pode-se entender melhor a escolha de realizar o Profucionário na **modalidade a distância**, pois o cursista do Profucionário é um adulto que já tem experiência de vida e profissional, identificado com uma função dentro da escola e da educação, que quer ampliar seu campo de conhecimentos e identificar-se em alguma função, bem como quer ver garantida a sua oportunidade de acesso à profissionalização.

Nessa direção, a modalidade a distância é a mais adequada, pois permite a flexibilização daqueles dois elementos já citados no início, ou seja, poder aprender em diferentes espaços

e em diferentes tempos.

A idéia é a de que o cursista trabalhador não precise se deslocar constantemente a um espaço específico para ter contato com o professor e aprender.

Dentro do Profuncionário, condições estão sendo criadas para que um adulto autônomo possa aprender da melhor forma possível. Para isso, foram produzidos materiais didáticos adequados, haverá acompanhamento a partir do trabalho de um tutor e de um calendário de encontros presenciais estabelecido dentro do processo.

No início do curso, no primeiro encontro presencial com colegas e tutor, haverá um tempo para compreender a proposta e se preparar para aprender na modalidade a distância.

2.2 Atores envolvidos: compromissos e atribuições

A Coordenação Geral do Profuncionário está a cargo da Diretoria de Políticas de Formação, Materiais Didáticos e de Tecnologias para a Educação Básica/SEB/MEC.

A Universidade de Brasília(UnB) foi, por meio do Centro de Educação a Distância(CEAD), responsável pela produção inicial do curso: elaboração do material didático, orientação presencial de professores orientadores e tutores.

Cada estado organiza sua coordenação. À Secretaria de Educação cabe designar o coordenador executivo. Professores orientadores e tutores são selecionados e designados pela própria coordenação estadual. Dependendo da participação de funcionários da educação das redes municipais, também as prefeituras poderão indicar tutores.

A Coordenação Estadual é formada pela Secretaria de Estado da Educação, por representações da Undime Estadual, do Conselho Estadual de Educação(CEE), do Sindicato dos Trabalhadores da Educação e de outros atores sociais envolvidos no processo.

O **Coordenador Executivo**, que deve ter a dedicação de 40h semanais, é encarregado de gerenciar o curso no estado, desde seu planejamento até a certificação dos alunos. Para isso, deverá fazer as mediações necessárias: coordenar o trabalho dos professores orientadores, elaborar relatórios periódicos de suas atividades e da equipe, promover a avaliação institucio-

nal do curso no estado e gerenciar o Pólo Central de Tutoria – PCT.

Os **professores orientadores** terão carga horária semanal definida no planejamento estadual. São responsáveis pela organização e funcionamento do curso quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos. Precisam ter domínio das concepções, princípios e conteúdos dos módulos do Profucionário. Para coordenar a equipe de tutores, o professor-orientador deverá conhecer as ferramentas, os recursos e a metodologia da educação a distância, os mecanismos de avaliação da aprendizagem e os aspectos legais que incidem sobre a certificação dos alunos.

Tutores e Cursistas: todos os módulos do Profucionário, tanto da formação pedagógica quanto da formação específica, equivalem a 60 horas de estudos. Sugere-se que, desse total, no mínimo 20%, ou seja, 12 horas de cada módulo, sejam realizadas de forma presencial, em encontros organizados pelo professor orientador e tutor com uma turma de no máximo 30 cursistas (por tutor), de acordo com as normas de cada estado.

Assim, o curso terá, no máximo, 80% de sua carga horária oferecida na modalidade a distância. Recomenda-se que cada módulo seja desenvolvido em um mês, com apoio da tutoria e planejamento de atividades complementares, conforme juízo de tutores e cursistas.

Entretanto, no planejamento do curso, pode-se prever que alguns módulos sejam desenvolvidos em concomitância com outros, em particular, os módulos de Informática Básica, de Produção Textual na Educação Escolar e de Direito Administrativo e do Trabalho, cujos saberes são imprescindíveis às atividades do curso e à formação profissional.

O acompanhamento do cursista pelo tutor será feito tanto nos encontros presenciais, realizados no Pólo Central de Tutoria – PCT, quanto a distância por meio das tecnologias disponíveis.

O cursista receberá os módulos impressos, sendo estes a base para o estudo individualizado. Os módulos também serão disponibilizados via internet, em ambiente virtual de aprendizagem.

No ambiente virtual de aprendizagem, será possível acessar os conteúdos e as informações relativas ao curso. Para os cursistas que têm acesso à internet, será possível aproveitar o potencial pedagógico do computador, por meio da troca de mensagens,

da oferta de materiais complementares de estudo, da participação em bate-papo e em fóruns de discussão, além da troca de questionamentos e orientações. Assim, o ambiente virtual será mais uma opção pedagógica para o relacionamento do aluno com o seu tutor e com os outros atores envolvidos no curso.

Os tutores estimulam a aprendizagem dos cursistas por meio de materiais didático-pedagógicos, dos conteúdos, de encontros presenciais, bem como por meio do planejamento e do acompanhamento às atividades da Prática Profissional Supervisionada. Mantêm informados os professores orientadores e a Coordenação Estadual sobre o andamento do curso, encaminhando a eles a avaliação da aprendizagem dos cursistas.

Na figura 2, da página 39, é possível visualizar o funcionamento e as relações entre os atores no Profuncionário.

Os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica(Cefet's) desenvolverão ações voltadas para:

- Formar tutores e professores orientadores que atuarão na formação técnica, em nível médio, dos funcionários da educação pública.

A capacitação dos tutores justifica-se pelo fato de que eles desempenham um papel central no Profuncionário. Realizam, além da formação, o acompanhamento, a orientação da prática profissional supervisionada, bem como o apoio aos cursistas em suas práticas coletivas e individuais ao longo do curso. Para tanto, os tutores receberão auxílio dos Professores Formadores de Tutores (PFT) que serão designados pelo Cefet. Esse apoio deverá ser realizado por meio de encontros presenciais (seminários) e a distância, via correio eletrônico, telefone ou plataforma virtual de ensino, quando houver.

- Acompanhar e atestar a frequência dos tutores e professores orientadores nos encontros presenciais.

Os comprovantes de participação dos encontros de formação são necessários para a certificação em curso de extensão ofertado pelo CEFET.

- Disponibilizar e eventualmente contratar professores formadores de tutores(PFT).

A presença desses profissionais permite, além da formação, o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos nos estados, tanto em seus aspectos pedagógicos quanto administrativos.

As observações, as intervenções e os relatórios por eles produzidos contribuem para um acompanhamento sistemático das ações implementadas.

- Assessorar os sistemas de ensino nas atividades de divulgação, de implantação e de regularização do Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário).

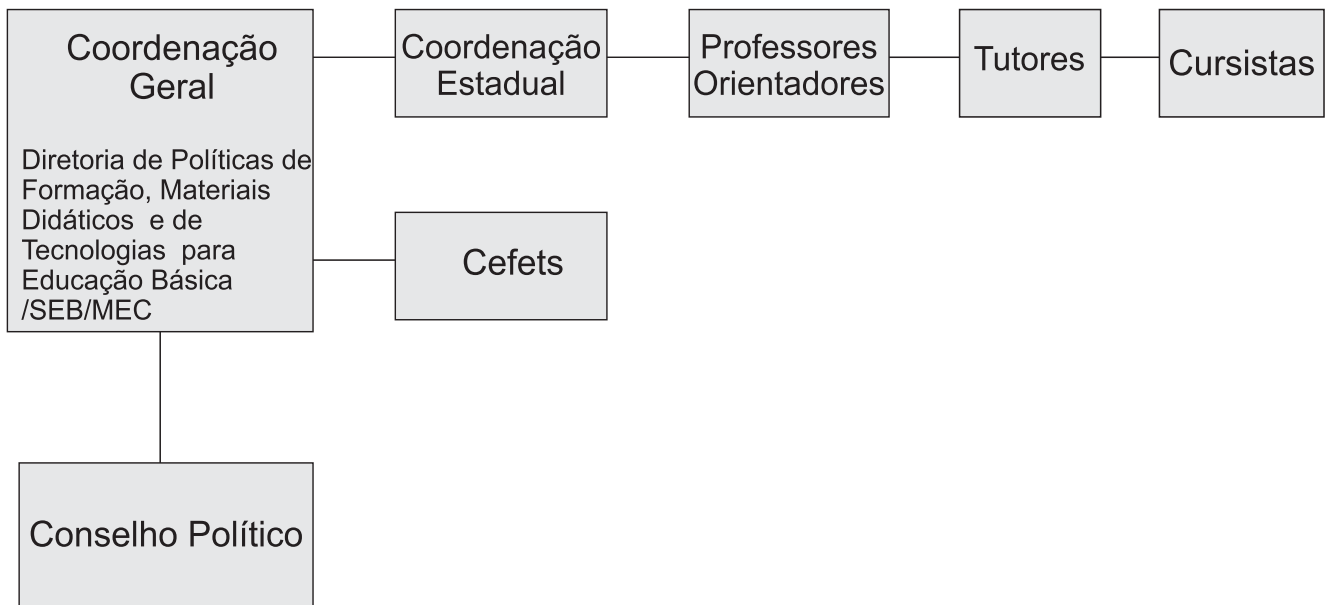
Atribuições dos Estados, por meio das Secretarias Estaduais de Educação (Seduc's)

- Coordenar, acompanhar, monitorar e executar as atividades pertinentes, conforme as orientações da Coordenação Geral;
- Certificar os requisitos de admissibilidade dos servidores para a inscrição no curso;
- Definir, em conjunto com a SEB/MEC, a localização dos Pólos Centrais de Tutoria, considerando a distribuição geográfica, o número de servidores/cursistas e as condições técnicas necessárias à execução;
- Estabelecer parceria com os municípios participantes do curso;
- Disponibilizar recursos humanos, técnicos e materiais indispensáveis ao bom funcionamento da Coordenação Estadual e Pólos Centrais da Tutoria;
- Disponibilizar Professores Orientadores e Tutores, devidamente formados, para o desenvolvimento de todas as atividades pertinentes ao curso, com carga horária mínima de 20 horas semanais;
- Disponibilizar Coordenador da Coordenação Estadual para o desenvolvimento de todas as atividades pertinentes ao curso, com carga horária de 40 horas semanais;
- Disponibilizar transporte durante as visitas dos componentes da Coordenação Estadual do Profucionário;
- Manter técnico de informática disponível e transporte para que este possa dar suporte técnico de hardware e software à Coordenação Estadual e Pólo Central de Tutoria;
- Garantir a manutenção dos equipamentos, incluindo reposição de peças e atendimento no local;
- Disponibilizar linha telefônica 0800 no Pólo Central de

tutoria ou chamada a cobrar;

- Disponibilizar provedor de Internet e endereço eletrônico para a Coordenação Estadual;
- Disponibilizar os seguintes equipamentos necessários para o funcionamento do curso na Coordenação Estadual e Pólo Central de Tutoria em parceria com os municípios: vídeo, televisão, impressora e computadores com capacidade técnica suficiente (memória, fax, modem, placa de rede, CD ROM, além de todos os aplicativos e cursos desenvolvidos pela Coordenação Geral do Curso;
- Responsabilizar-se pelos materiais didáticos do curso, disponibilizados pela SEB/MEC à Coordenação Estadual e Pólos Centrais de Tutoria;
- Submeter a regulamentação do curso ao Conselho Estadual de Educação para obter autorização de funcionamento, em consonância com a legislação vigente;
- Articular as ações desenvolvidas pelos componentes nacional e estadual, de modo a assegurar a unidade do curso em todas as instituições que dele participam;
- Tomar medidas corretivas imediatas para a execução do curso em âmbito municipal e estadual, a partir dos resultados dos dados do monitoramento e da avaliação recomendada pela Coordenação Geral;
- Criar mecanismos que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação proposto;
- Responsabilizar-se pela emissão dos certificados e diplomas de conclusão do curso;
- Disponibilizar meios de transporte, alimentação e hospedagem para os servidores/cursistas e tutores da sua rede de ensino para as visitas e frases presenciais.

Figura 2 – Organograma para o funcionamento do curso a distância



2.3 Certificação: instituição certificadora, diploma e histórico escolar

As instituições certificadoras serão escolas autorizadas a oferecer o curso pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), as quais expedirão e registrarão, sob sua responsabilidade, os históricos e os diplomas de técnico, para fins de validade nacional, observados os requisitos de conclusão do ensino médio.

Os históricos e os diplomas deverão explicitar a respectiva formação profissional: Técnico em Gestão Escolar ou Técnico em Alimentação Escolar ou Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-estrutura Escolar, ou Técnico em Múltiplos Didáticos, mencionando a Área 21, à qual as mesmas se vinculam.

Para fins de certificação e expedição de diplomas, cabe às escolas observarem o cumprimento da integralidade das atividades dos dezesseis módulos propostos, num total de 960 horas, e da **Prática Profissional Supervisionada**, de 300 horas, como será detalhado mais adiante, na terceira parte deste documento. Em relação à carga horária e aos conteúdos, nada obsta a que cada estado enriqueça a proposta do Profuncionário com outros módulos adequados à sua realidade.

Constituem processos de avaliação, para efeito de aprovação, todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso, registradas, acompanhadas e vivenciadas pelo tutor e pelo cursista. Os

documentos/instrumentos que materializam a avaliação são o **Memorial**, o registro das 300 horas de carga horária da **Prática Profissional Supervisionada** – em formulário específico – e o **Relatório Final**. Esses documentos/instrumentos serão esclarecidos mais adiante, no ponto **Processo de Avaliação**.

Para fazer jus à certificação final, o cursista deverá ter integralizado todas os estudos dos dezesseis módulos e as 300 horas da Prática Profissional Supervisionada, bem como deve ter entregue o Memorial e o Relatório Final concluído, com o parecer do tutor, que encaminhará os resultados finais à coordenação estadual que, por sua vez, tomará as providências para a emissão do certificado de conclusão do curso.

2.4 Perfil e atribuições dos tutores

1. Os tutores têm como principais atribuições o acompanhamento do processo de aprendizagem e de construção de competências e conhecimentos pelos cursistas, bem como a supervisão da prática profissional. Para tanto, devem conduzir, junto com o cursista, o processo de avaliação, fazendo o registro e encaminhando os documentos às instâncias responsáveis.

2. Para o acompanhamento da aprendizagem, sugere-se encontros presenciais com um grupo de até 30 cursistas e comunicação virtual contínua. A frequência dos encontros presenciais pode ser definida conforme as condições de cada estado, desde que não descaracterize a modalidade de oferta a distância. Os tutores deverão ler os textos dos módulos antes dos alunos, para sentir possíveis dificuldades de compreensão, de forma que, ao distribuí-los nos encontros presenciais, procedam as explicações preliminares. Nos mesmos encontros e pelos contatos individuais, orientarão as atividades de pesquisa, reflexão e produção de textos. Em caso de os tutores sentirem dificuldades em relação aos módulos, devem se comunicar com o professor orientador.

3. Para a prática profissional supervisionada, os tutores devem seguir os seguintes passos: a) planejar com o cursista as atividades, os locais, a carga horária e o cronograma; b) visitar o cursista em seu local de trabalho e em outros locais possíveis para a prática; c) apreciar e dialogar com o cursista sobre a produção escrita e sobre o sentido da prática realizada; d) verificar

instituições afins para a prática profissional supervisionada, quando for o caso.

4. Para a avaliação da aprendizagem dos cursistas, os tutores devem orientá-los na construção processual e reflexiva do memorial, o qual incluirá a descrição do processo de aprendizagem, das atividades previstas nos módulos, das análises das questões propostas em cada módulo ou das perguntas adicionais formuladas pelo tutor. Sobretudo, o memorial deve ser um documento de reflexão do cursista sobre o seu movimento no curso.

5. Os tutores devem fazer todos os registros do processo de avaliação de cada cursista, passo a passo: a) Memorial; b) Registro das 300 horas em formulário adequado de acompanhamento da carga horária da Prática Profissional Supervisionada; c) Relatório final.

6. Perfil esperado dos tutores para o Profucionário:

a) ter formação em nível superior, licenciatura ou bacharelado, preferencialmente em Pedagogia ou em graduação afim com as habilitações oferecidas (nutrição, administração, comunicação, engenharia);

b) preferencialmente ser professor ou funcionário da rede pública estadual ou municipal, admitindo-se também a possibilidade de trabalhar em universidades ou Centros Federais de Educação Tecnológica(Cefet's);

c) ter conhecimento do Profucionário e compromisso com a proposta de valorização de todos os educadores no âmbito das escolas e dos sistemas de educação;

d) ter disponibilidade para se locomover até os locais de trabalho e da prática profissional dos cursistas;

e) ter experiência de gestão educacional e empatia com seus valores e suas práticas democráticas.

2.5 Orientações para os cursistas

O empenho do cursista no processo de formação a distância é determinante para que sejam alcançados os objetivos de ensino-aprendizagem.

É necessário que o cursista se conscientize e compreenda que existe uma grande diferença entre estar na sala de aula presencial e estudar em casa, ou no trabalho, distante de seu professor, como já foi dito na parte 2.1 - *Aprender a distância*. É preciso que ele esteja, em todo o seu percurso, relacionando as teorias e os conceitos apresentados nos módulos às situações de sua vida pessoal ou profissional.

Para fazer um curso bem feito, o cursista terá de desenvolver ou aprimorar determinadas habilidades e características, além de estabelecer rotinas para aprender a aprender com **autonomia**.

O cursista de educação a distância precisará:

- ser auto-motivado, ou seja, buscar em si mesmo razões e objetivos pessoais para a realização do curso;
- ser capaz de auto-organizar seu tempo em função do cronograma do curso (estabelecer horários, esquemas e rotinas de estudo);
- ser organizado com os materiais de estudo;
- saber estudar de forma independente e autônoma, reconhecendo seu ritmo e estilo de aprendizagem;
- ser curioso e saber pesquisar informações que complementem, aprofundem ou, até mesmo, contradigam conhecimentos trabalhados pelo Profuncionário em outras fontes;
- saber transformar as informações, obtidas nos módulos e em materiais complementares, em conhecimentos;
- ter iniciativa própria para apresentar idéias, questionamentos e sugestões;
- ser capaz de trabalhar em grupo, de forma colaborativa e cooperativa, sempre que necessário;
- ser disciplinado, a fim de cumprir com os objetivos que estabeleceu para si mesmo;
- ser responsável por seu próprio aprendizado;
- estar consciente da necessidade de aprendizagem constante;

O Profuncionário prevê, além do material impresso, a utilização do computador e da internet para realizar algumas atividades do curso. Assim, também é desejável que o cursista:

- tenha ou adquira familiaridade com o uso de computadores;
- tenha acesso regular a um computador que permita conexão com a internet;
- tenha ou adquira noções básicas de navegação na internet;
- saiba ou aprenda a enviar e receber *e-mails*, bem como trabalhar com anexos nas mensagens.

O que se pretende é a construção e aquisição de conhecimentos e de competências que permita ao cursista, por meio das habilitações do Profuncionário, construir sua identidade profissional. Portanto, a metodologia, a organização e a oferta do curso visam à aprendizagem autônoma, com auxílio de tutores, professores orientadores, coordenadores e professores-elaboradores, formando uma equipe que busca, na combinação de tecnologia, meios de comunicação e material didático, um processo pedagógico eficiente e eficaz.

3

Orientações
pedagógicas

A partir daqui entra-se na proposta político-pedagógica propriamente dita, que pressupõe o contexto histórico e a modalidade de oferta apresentados, anteriormente, nas partes 1 e 2.

Encontram-se nesta terceira parte, portanto: os objetivos; os princípios orientadores; as competências e os conhecimentos previstos para uma formação consistente e coerente; como foram elaborados os módulos; além dos princípios, dos instrumentos e das orientações sobre o processo de avaliação da aprendizagem do cursista.

3.1 Objetivos

Objetivo geral

Oferecer formação profissional, em nível médio a distância, aos funcionários que atuam nos sistemas de ensino da educação básica pública.

Objetivos específicos

1. Formar técnicos em Gestão Escolar.
2. Formar técnicos em Multimeios Didáticos
3. Formar técnicos em Alimentação Escolar.
4. Formar técnicos em Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar.

Entende-se, no Profuncionário, que a formação técnica consiste em um conjunto de atividades teórico-práticas, investigativas e reflexivas. Tais atividades apontam para a aquisição e construção crítica de conhecimentos, habilidades e valores que podem contribuir para que os funcionários da educação se tornem educadores competentes e se qualifiquem como pessoas, como cidadãos e como gestores de um determinado espaço escolar, definido em novos perfis profissionais, segundo a proposta político-pedagógica aqui apresentada e à luz do Parecer CNE/CEB nº 16/2005.

3.2 Princípios filosóficos, políticos e pedagógicos

Entende-se por princípios as noções gerais que orientam sobre onde se quer chegar com o Profuncionário e como fazer

para chegar lá.

Diz-se que os princípios são **filosóficos** porque expressam conceitualmente o sentido da proposta. São **políticos** porque expressam escolhas feitas entre alternativas possíveis. Por fim, são **pedagógicos** porque expressam uma intenção e um planejamento educativos.

Conforme orientação legal, os planos de formação devem ser elaborados com base na definição do perfil profissional de conclusão. O perfil é definido pelas competências que o cursista deve adquirir e/ou construir ao longo do curso.

Assim, para apresentar os princípios, começa-se aqui por perguntar: como compreender competências no Profuncionário?

Conforme o Parecer CEB/CNE 16/1999, já citado neste documento, “entende-se por competência profissional a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho”.

Trocada em miúdos, essa definição quer dizer que a competência de um profissional é vista pelo uso que faz de valores, conhecimentos e habilidades adquiridos na sua formação.

Mas, é preciso compreender que se aprende a usar um conhecimento, por exemplo, quando se o constrói. Logo, a aquisição de competência (saber usar) acontece na justa medida da construção do conhecimento que lhe é necessário.

Nesse sentido, a aquisição de competência não se reduz ao mero saber fazer técnico, como, por exemplo, instalar e desinstalar um computador. Essa atividade está relacionada a fins educativos que envolvem aspectos políticos, éticos, estéticos e científicos, relativos à compreensão do sentido do uso pedagógico/educativo do computador na escola. Será competente aquele profissional que souber planejar e potencializar o uso educativo do computador na escola.

Essa relação entre competência e conhecimento remete ao **princípio da indissociabilidade entre teoria e prática**.

Dizer que teoria e prática são indissociáveis, significa dizer que a teoria tem duplo valor: é por meio dela que se pode compreender e, ao mesmo tempo, reconstruir criticamente a prática que, por sua vez, se caracteriza como saber fazer planejado.

A prática, portanto, só acontece com teoria, mas não neces-

sariamente com base nela. A exigência teórica da prática é compreensão e crítica, que possibilitam sua reconstrução e resignificação. Teoria e prática são condições críticas uma da outra.

Portanto, não se aprende teoria para aplicar e usar na prática, mas se aprende e se constrói teoria transformando o saber fazer da vivência em prática.

Considerando-se isso, no Profuncionário, propõe-se que as competências sejam compreendidas como um lugar desejado, a ser alcançado, buscado. Algo que ainda não existe e não existirá sem valores, conhecimentos e habilidades, assim como a teoria não existe sem a prática.

Por ser desejo e busca, as competências caracterizam a utopia a ser criada e construída por todos que estão envolvidos no processo de formação. Sobretudo, por aqueles de quem se exige competência: os cursistas, que buscam se tornar técnicos em educação e que devem planejar as suas experiências com fins educativos. **É o princípio da co-construção, da co-laboração e co-operação.**

Nessa busca, é preciso contar com as surpresas e o imprevisível da construção permanente e do inacabamento histórico do humano como humano, bem como com o inacabamento profissional também. **É o princípio do humano como ser histórico, inacabado, em construção.**

Por isso, entende-se que não é com uma lista de competências definida de antemão que se determinará a profissão de técnico em educação. Muito menos se formarão profissionais qualificados para exercerem-na, embora essa lista seja importante como referência na busca e planejamento formativo/transformador que se propõe aqui.

Nesse sentido, para planejar a busca de competências é preciso considerar pelo menos três elementos.

O **primeiro elemento** a ser considerado é o **sujeito da e em formação**: os cursistas. São pessoas adultas, funcionários e funcionárias em efetivo exercício na educação, com larga vivência nas rotinas de suas funções. São pessoas que sabem um saber construído na vivência cotidiana de seu fazer. Sabem um saber fazer que exprime competências adquiridas e construídas no próprio fazer.

Esse aspecto da vivência e do saber fazer dos cursistas, que

lhes dá uma identidade atual, precisa ser desconstruído e reconstruído para que uma nova identidade profissional possa ser criada, se for o caso.

A desconstrução e reconstrução a que se propõe o Profuncionário supõe o **princípio da construção de conhecimentos e competências pela problematização, investigação e reflexão como prática profissional.**

Em outras palavras, os conhecimentos historicamente produzidos a serem apropriados nos estudos do Profuncionário devem ser reconstruídos pelos cursistas com base nas necessidades situacionais deles próprios e dos projetos pedagógicos dos locais em que trabalham. É problematizando sua vivência e as práticas escolares que o cursista poderá sentir e perceber os conhecimentos de que precisa para compreender e fazer de outro jeito o que faz todos os dias.

Problematizar significa confrontar conhecimentos, valores e habilidades já presentes no fazer cotidiano com outras concepções, visões, teorias, propostas e paradigmas. Significa estranhar e questionar o óbvio, a rotina, aquilo que é tido como dado e acabado. Significa abrir-se e saber interagir com as inovações. Conduzir situações complexas e lidar com os inventos. Interpretar e distinguir as informações disponíveis, saberes, atitudes e concepções. Significa saber fazer escolhas. Enfim, significa experimentar fazer de maneira diferente aquilo que se está acostumado a fazer. Significa pensar de modos diferentes o que se está acostumado a pensar.

Trata-se da busca de uma formação que se caracteriza como transformação dos “funcionários” em educadores e co-gestores da educação na escola. Transformação que, como processo de desconstrução e reconstrução de si por meio de atividades teórico-práticas, caracteriza-se como **autoformação**. Tem-se aí, portanto, o **princípio da formação como autoformação ou transformação de si mesmo em outro.**

O **segundo elemento** a ser considerado, quando se planeja a busca de competências e conhecimentos, diz respeito à **identidade profissional** ensejada pelo Profuncionário, e que não se reduz apenas às competências técnicas nas habilitações previstas, mas, também, ao perfil humano, cidadão e gestor que cada profissional da educação precisa ter.

Esse segundo elemento remete ao princípio da **transversalidade temática.**

A transversalidade temática diz respeito ao modo de compreender competências e conhecimentos que não se encontram isolados na realidade escolar. Significa que o profissional, educador, co-gestor e cidadão, o técnico em educação, deve compreender as competências e conhecimentos de que precisa relativamente a outras competências e conhecimentos.

Por exemplo, no Profucionário entende-se que as competências do técnico em educação exigem conhecimentos sobre a escola. Contudo, conhecer a escola implica em problematizá-la e refletir sobre a sua função social, sobre o seu trabalho educativo, sobre a produção de cultura e de identidade, sobre a formação da cidadania, sobre a participação, sobre a conservação ambiental e do próprio prédio, sobre o projeto político-pedagógico, entre muitos outros elementos.

Assim, esses temas se atravessam uns aos outros no estudo da escola e exigem conhecimentos técnico-científicos que possam ajudar a compreendê-los. Da mesma maneira, também os conhecimentos são atravessados uns pelos outros: sociológicos, psicológicos, filosóficos, antropológicos, históricos, pedagógicos, políticos, ambientais, arquitetônicos, administrativos, nutricionais, etc.

Por fim, o **terceiro elemento** a ser considerado na compreensão, aquisição e construção das competências profissionais do técnico em educação refere-se às **relações entre as competências individuais e as competências profissionais**.

Entende-se, no Profucionário, que as competências individuais são aquelas que constituem a condição humana. São aquelas que constituem o humano como ser capaz de produzir, refletir, modificar, aprender, inventar, decidir e sonhar. Estão relacionadas ao existir, à vida. De cada um e do gênero humano.

Já as competências da profissão são aquelas que unificam e distinguem os indivíduos em categorias profissionais, aceitas e reconhecidas socialmente. Essas competências são adquiridas, construídas, reconstruídas, modificadas e aprendidas nas práticas e vivências sociais e relacionais com o trabalho. São processuais, mutáveis, culturais e históricas e se desenvolvem na medida do modelo econômico e das inovações tecnológicas que afetam as profissões.

Nesta direção, entende-se que é preciso potencializar o técnico em educação, trabalhador profissional, nas competên-

cias para problematizar, estudar, refletir e valorizar o seu fazer na escola como condição para a construção de novos conhecimentos e modos de agir. Que saiba proceder de modo a tornar o saber fazer advindo das vivências e experiências escolares, mediadas por conhecimentos teóricos, conceitos e paradigmas de interpretações culturais e científicas, outras possibilidades de fazer o que está acostumado a fazer: **transformar o saber fazer da vivência em prática educativa, para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas.**

3.3 Perfil geral do Técnico em Educação

Considerando os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos, o Profuncionário leva em conta as competências gerais atribuídas ao técnico em Serviços de Apoio à Educação pela Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação –CNE, por meio do Parecer nº 16/2005, a saber:

- identificar o papel da escola na construção da sociedade contemporânea;
- assumir uma concepção de escola inclusiva, a partir de estudo inicial e permanente da história, da vida social pública e privada, da legislação e do financiamento da educação escolar;
- identificar as diversas funções educativas presentes na escola;
- reconhecer e constituir identidade profissional educativa em sua ação nas escolas e em órgãos dos sistemas de ensino;
- cooperar na elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica da instituição de ensino;
- formular e executar estratégias e ações no âmbito das diversas funções educativas não-docentes, em articulação com as práticas docentes, conferindo-lhes maior qualidade educativa;
- dialogar e interagir com os outros segmentos da escola no âmbito dos conselhos escolares e de outros órgãos de gestão democrática da educação;

- coletar, organizar e analisar dados referentes à secretaria escolar, à alimentação escolar, à operação de multimeios didáticos e à manutenção da infraestrutura material e ambiental;
- redigir projetos, relatórios e outros documentos pertinentes à vida escolar, inclusive em formatos legais, para as diversas funções de apoio pedagógico e administrativo.

Acrescentam-se, na tentativa de tornar mais específica a profissão, as seguintes competências:

- identificar e reconhecer a escola como uma das instituições sociais e nela desenvolver atividades que valorizem as funções da educação;
- descrever o papel do técnico em educação na educação pública do Brasil, de seu estado e de seu município;
- atuar e participar como cidadão, técnico, educador e gestor em educação nas escolas públicas, seja da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- compreender que na escola todos os espaços são espaços de vivência coletiva, nos quais deve saber atuar como educador;
- participar e contribuir na construção coletiva do projeto político pedagógico da escola em que trabalha de maneira a fazer avançar a gestão democrática;
- representar, nos conselhos escolares, o segmento dos funcionários da educação;
- compreender e assumir a inclusão social como direito de todos e função da escola;
- elaborar e articular com os docentes, direção, coordenadores, estudantes e pais, projetos educativos que assegurem a boa qualidade da educação na escola, bem como o cumprimento dos objetivos pactuados em seu projeto político-pedagógico;
- diagnosticar e interpretar os problemas educacionais do município, da comunidade e da escola, em especial quanto aos aspectos da gestão dos espaços educativos específicos de seu exercício profissional;
- manusear aparelhos e equipamentos de tecnologia, colocando-os a serviço do ensino e das aprendizagens educativas e formativas;

- investigar e refletir sobre o valor educativo das suas atividades no contexto escolar, para poder criar melhores e mais consistentes condições para realizá-las;
- transformar o saber fazer da vivência em prática educativa, para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas.

Contudo, para não esquecer, no desejo e na busca de alcançar essa utopia, muitas outras competências entram em jogo e precisam ser valorizadas. Algumas delas já adquiridas pelos cursistas na sua longa experiência nas escolas e outras que serão criadas e adquiridas no percurso deste curso e depois dele.

3.4 Estrutura curricular

O currículo do Profucionário leva em conta as orientações legais e outras experiências de formação profissional de funcionários da educação apresentadas na parte 1 deste documento, porém diferencia-se delas em alguns aspectos. Primeiro, como já se viu na parte 2 destas Orientações Gerais, sua oferta é a distância; segundo, porque o currículo é modular e não-disciplinar e, terceiro, porque os módulos são elaborados levando-se em conta eixos de formação que se cruzam.

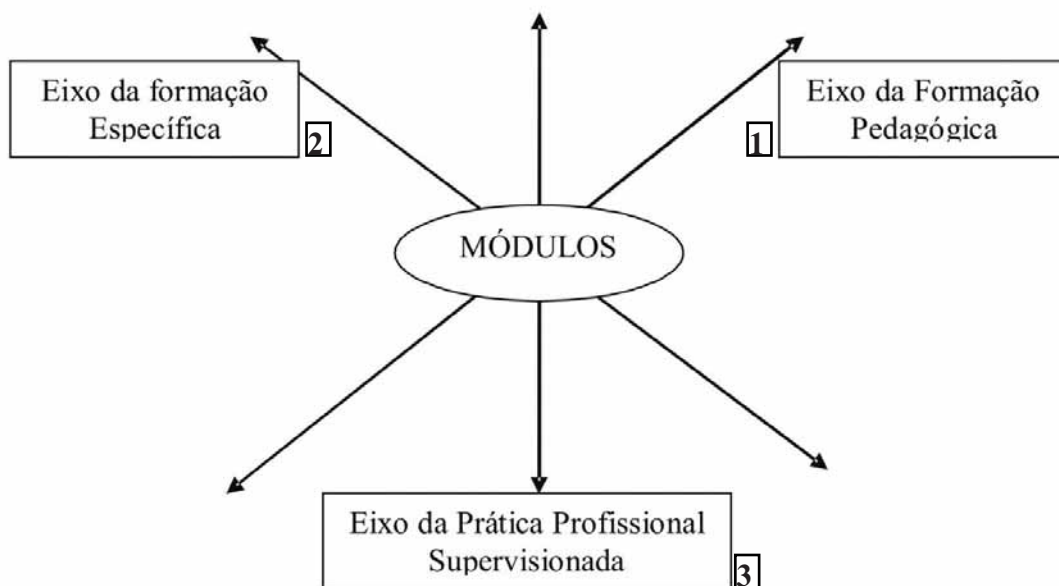
O cruzamento dos eixos acontece, contudo, em decorrência dos princípios apresentados anteriormente (indissociabilidade entre teoria e prática; construção de competências e conhecimentos por meio de problematização, investigação e reflexão na vivência e na prática; transversalidade temática), os quais garantem que certos temas, certos procedimentos e certas atitudes transitem de um eixo para outro por conta das competências dos sujeitos em formação: tutores e cursistas. Especialmente a competência de:

transformar o saber fazer da vivência em prática educativa, para a construção de outras relações sociais, mais humanizadas.

Sendo eixos, são flexíveis e nenhum é mais importante do que o outro. E como se pode ver na figura a seguir, o ponto onde os três se encontram forma um nó, que, pode-se dizer, é o nó da formação. Esse nó, materialmente falando, são os módulos por meio dos quais os cursistas apropriam saberes historicamente construídos e são remetidos a experimentar e pensar novas práticas. A partir desse contato com outros

saberes, o saber fazer da vivência poderá ser problematizado, compreendido, resignificado, reconstruído nas práticas de trabalho na escola.

Figura 3 – Cruzamento dos eixos de formação



O três eixos, então, são os da Prática Profissional Supervisionada, da Formação Pedagógica e da Formação Específica, que estão articulados em módulos, o que significa que conhecimentos e competências são adquiridos, construídos e experimentados por meio da problematização teórico-prática de temas e situações, que constituem os conteúdos do curso.

O que são os módulos?

Os módulos não são livros, mas, no Profucionário, estão expressos em livros. Os módulos problematizam temas, trazem conhecimentos historicamente produzidos, orientam a leitura e as atividades a serem realizadas tanto para compreender os conceitos como para fazê-los funcionar na experiência. Ou seja, a leitura dos módulos remete à investigação empírica, analítica e reflexiva, tanto para compreensão de conhecimentos e de experiências como para propor outras formas de se posicionar nas práticas: sugere atividades de Prática Profissional Supervisionada.

Assim, no eixo da Prática Profissional Supervisionada(PPS), não se vai somente aplicar ou usar (ter competência para) conhecimentos adquiridos nos eixos da Formação Pedagógica e da Formação Específica. Ao contrário, a PPS é um lugar e um momento em que o aplicar e usar conhecimentos se tornam problemáticos, críticos, exigindo compreensão, explicação, construção e reconstrução do saber e do saber fazer.

Cada um dos módulos tem começo meio e fim, isto é, eles não pressupõem o estudo de módulos precedentes para serem estudados.

Apesar dos módulos serem auto-explicativos e não remeterem a pré-requisitos, no Profucionário, eles guardam relações uns com os outros e, portanto, obedecem a uma certa ordem estabelecida pelos elaboradores, que pode se tornar diferente conforme as condições de realização do curso nos estados, de modo que a sequência de estudos pode ser alterada.

Os módulos do Profucionário não são livros didáticos para cursos presenciais, embora possam ser usados como fonte de estudos em quaisquer situações.

Cada uma das habilitações do Profucionário é composta por 16 módulos: seis da Formação Pedagógica e dez da Formação Específica.

Um módulo equivale a 60h. Assim, tem-se 360h no eixo da Formação Pedagógica e 600h no eixo da Formação Específica, perfazendo um total de 960h. Essas 960h dos módulos somam-se a 300h no eixo da Prática Profissional Supervisionada (relacionadas com os estudos dos módulos), totalizando 1.260h de curso.

A seguir serão especificadas as propostas de cada uma dos eixos de formação e como uns se relacionam com os outros.

3.4.1 Eixo da Prática Profissional Supervisionada

Antes de qualquer coisa, é preciso entender que em se tratando de prática educativa, todos os momentos relativos a ela, desde o planejamento até a avaliação das atividades podem ser considerados prática. A atividade de construir um plano de ação educativo, portanto, pode ser considerada como Prática Profissional no Profucionário, devendo iniciar junto com os estudos do primeiro módulo.

Integrante da carga horária total de 1.260 horas de cada forma-

ção profissional do Profuncionário, a duração mínima da Prática Profissional Supervisionada(PPS) é de 300 horas, em analogia ao que estabelece a LDB para as habilitações docentes.

As atividades que a constituem, integradas ao estudo dos módulos do eixo de Formação Pedagógica e do eixo de Formação Específica, devem ser planejadas conjuntamente pelo cursista e pelo tutor, sendo este o responsável pela supervisão e orientação dialógica daquele.

O eixo da PPS é concebido no Profuncionário como aquele em que o cursista se situa na redefinição do seu fazer profissional, transformando atividades rotineiras em práticas educativas intencionais. São momentos de problematização da rotina e de criação de outras possibilidades práticas com base nos estudos dos módulos e das necessidades educativas da escola.

Objetivamente, o estudo dos módulos remete à PPS e aos saberes necessários a ela (sugerindo atividades de reflexão, investigação e práticas), e ambos se remetem um ao outro, mesmo que nem todas as atividades sugeridas nos módulos sejam abrangidas pelo plano a ser elaborado para a PPS.

Nesse sentido, considerando o potencial formativo e transformador da profissão, do profissional e da pessoa, sugere-se que a PPS se realize tanto na escola em que o cursista trabalha como em outras instituições e ambientes favoráveis ao enriquecimento das competências exigidas para os técnicos em educação, respeitadas as normas da escola certificadora. Profissionais dessas instituições e ambientes poderão colaborar também na supervisão, embora a avaliação seja de responsabilidade do tutor e dos cursistas.

No caso de acontecer em outros ambientes que não a escola em que o cursista trabalha, é aconselhável programar atividades em grupo e celebrar convênios com as instituições receptoras.

As atividades normais de trabalho do cursista, assim, integram o conjunto da PPS, porém é necessário que sejam planejadas em relação às atividades propostas nos módulos de estudos e desde que contribuam para a construção do perfil de conclusão, considerados os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profuncionário.

Assim, por exemplo, o técnico em alimentação escolar deverá participar de atividades não simplesmente para enriquecer e diversificar os cardápios de merenda, mas para articulá-los com os projetos desenvolvidos na escola e nas práticas de ensino-aprendizagem, tais como de educação alimentar (ciências

da natureza), de composição de dietas, soberania alimentar e alimentos saudáveis, de produção de grãos, áreas de plantio e preços dos alimentos nas estações do ano (matemática) e sobre a diversidade étnico-cultural (história e geografia).

Além disso, é preciso atentar que o cursista esteja regularmente matriculado para que, ao ser encaminhado a alguma instituição receptora para realização da PPS, possa se oficializar a relação institucional, sem criar vínculo empregatício de qualquer natureza.

Sugere-se, então, que o cursista possa planejar os estudos do Profuncionário, especialmente as atividades da PPS, de modo a inseri-los em projetos em andamento na escola, no contexto do projeto político-pedagógico, ficando a seu critério propor novas iniciativas à direção e ao Conselho Escolar.

O planejamento da PPS, como já foi dito, compete ao cursista e ao tutor, cabendo a este orientar e acompanhar as atividades daquele, articulando-as aos procedimentos da escola, acordados para o desenvolvimento do Profuncionário. Ao tutor, cabe, ainda, acompanhar dialogicamente a elaboração do Relatório Final de cada cursista, bem como atestar formulário de registro das 300 horas de atividades cumpridas.

- Como elaborar o plano da PPS?

Bem, isso vai depender das condições situacionais. Contudo, sugere-se que, logo nos primeiros encontros presenciais, sejam previstas com os cursistas atividades que farão parte da PPS, considerando-se que as atividades do eixo de formação pedagógica devem integrar esse plano. Por exemplo, logo na página 26 do Módulo 1 – “Funcionários de Escola: cidadãos, educadores, profissionais e gestores”, o elaborador sugere uma investigação sobre o projeto político-pedagógico da escola. Essa atividade pode ser planejada para fazer parte da PPS, já contabilizando horas de atividade. A partir do conhecimento do projeto político-pedagógico da escola, tutor e cursista podem já pensar em outras atividades para compor a PPS, sugeridas nos módulos ou criadas dialogicamente por eles.

Nunca é demais lembrar que o tutor sempre lerá os módulos antes do cursista e, portanto, já pode ter idéias para negociar com o último as atividades a serem planejadas.

- Como a PPS será avaliada?

A avaliação será contínua, com base na interação e diálogo

entre tutor e cursista, como está mais detalhado na seção que orienta sobre o Processo de Avaliação.

3.4.2 Eixo da Formação Pedagógica

Re-conhecer (poder lançar outros olhares, conhecer de outra maneira) e re-fazer (dar outro sentido ao que se faz, usar outros instrumentos ao agir, relacionar-se de maneiras diferentes, entre outras) a escola como espaço dinâmico, tecido já pela dinâmica das relações históricas, sociais, legais, políticas e culturais das quais todos participam parece fundamental na formação do técnico em educação.

Sendo assim, a escola aparece como objeto privilegiado nos estudos propostos pelo Profuncionário como já se viu anteriormente.

A escola é significada e compreendida por múltiplas perspectivas, conforme o foco dos olhares teóricos em cada módulo: instituição educativa, espaço de trabalho, agência educativa, espaço de produção e reprodução cultural, espaço de interação social, instituição social, aparelho de Estado ou espaço de resistência, para citar alguns exemplos.

Isso pode permitir aos cursistas perceberem que a escola não é apenas aquele prédio que envolve determinadas pessoas que ali permanecem tantas horas do dia. Cada escola tem uma história, assim como o tem a instituição escolar. Uma história que se entrelaça com a história do país, do estado, do município, das comunidades locais, das pessoas. Uma história que, embora seja singular, não está alheia a um mundo e a uma história globalizados.

Por isso, no Profuncionário, procura-se olhar a escola, nos diversos módulos, de forma articulada e não sobreposta, muito embora algumas questões sobre ela sejam retomadas em módulos diferentes, com diferentes perspectivas.

O eixo da formação pedagógica traz, portanto, a proposta de ampliar e movimentar a visão dos funcionários sobre a escola, tentando deslocar e multiplicar os seus olhares, para que possam repensar e reorientar suas práticas e suas relações nela e com ela: com a própria escola, com os demais segmentos que compõem a comunidade escolar e, sobretudo, consigo mesmos, como pessoas e como categoria profissional: **educadores**.

Os diversos conceitos de escola que aparecem nos módulos

são atravessados e problematizados por temas que constituem a formação pedagógica. Os temas são estudados à luz das ciências e da filosofia da educação, na perspectiva de contextualizá-los na escola e de contextualizar a escola em relação a eles. São os seguintes temas:

- **identidade** do técnico em educação como educador, gestor, profissional, cidadão e humano;
- **educação**, como prática social, como formação, como transmissão cultural, como endoculturação, como ato político, como ação política, como desenvolvimento da personalidade;
- **cidadania**, como pertença e participação em um Estado, como direito, como conquista, como projeto social e como valor político;
- **trabalho**, como elemento central na organização social e como prática cultural na qual e pela qual se educa, como autoprodução humana;
- **gestão democrática**, como co-gestão, gestão coletiva e participativa, de uma participação qualificada e competente que se constrói com acesso à informação e a conhecimentos, com problematização, investigação e reflexão da realidade e no diálogo com o outro.

Tais temas estão problematizados transversalmente (atravessam-se e chocam-se, ligam-se) no estudo e na investigação das vivências e rotinas escolares, de modo que a compreensão (teórica) do seu sentido possa acontecer criticamente (na prática).

O eixo da formação pedagógica, assim, destina-se à apropriação e construção de conhecimentos científicos (ciências da educação) e filosóficos da educação, comum às quatro habilitações, necessários à formação e transformação do cursista em educador, constituindo-se de seis módulos equivalentes a 360 horas.

Os seis módulos que constituem o eixo da formação pedagógica são os seguintes:

MÓDULO 1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores

MÓDULO 2 – Educadores e Educandos: tempos históricos

MÓDULO 3 – Homem, pensamento e cultura: abordagens filosófica e antropológica

MÓDULO 4 – Relações interpessoais: abordagem psicológica

MÓDULO 5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação

MÓDULO 6 – Gestão da Educação Escolar

3.4.3 Eixo da Formação Específica

Como já deu para notar até aqui, o Profuncionário pretende criar condições para que o cursista, funcionário da educação, desconstrua sua identidade profissional e a reconstrua como técnico em educação, cuja especificidade abrange competências e conhecimentos de educador, de gestor de espaços escolares e da própria escola e de cidadão, sem se descuidar da humanização que ela pode promover.

A formação profissional do técnico em educação está relacionada com o conhecer e o fazer uma outra escola diferente da que se tem, o que exige mais do que conhecimentos científicos e filosóficos sobre a educação. Isso porque a escola é um espaço, antes de mais nada, educativo e, por isso mesmo, precisa que o prédio, o ambiente, os equipamentos mecânicos e eletrônicos, os alimentos, entre outros, estejam coerentemente preparados para isso.

Significa que o técnico em educação não é formado educador apenas com conhecimentos sobre a escola e a educação, mas sobretudo com o uso educativo de outros conhecimentos.

Conforme a especificidade da formação (gestão escolar, multimeios didáticos, alimentação escolar, meio ambiente e manutenção de infra-estrutura escolar), portanto, conhecimentos diferentes serão exigidos, sobretudo aqueles relacionados com as técnicas de trabalho e uso das tecnologias.

O eixo de formação específica, assim, procura oferecer ao cursista conhecimentos técnicos e tecnológicos específicos de sua formação profissional, levando em conta os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profuncionário (indissociabilidade entre teoria e prática, transversalidade temática, construção coletiva, construção de competências e conhecimentos pela problematização, investigação e reflexão sobre a realidade de trabalho).

O que isso quer dizer? Quer dizer que os módulos que constituem o eixo da formação específica continuam a problematizar a escola. Porém, são elaborados de modo a introduzir saberes de outras áreas, que não da pedagogia, em perspectiva educativa intencional. Os módulos não são simples manuais que orientam, passo a passo, como aplicar uma técnica ou como usar um equipamento, muito embora em alguns momentos o façam.

Os módulos procuram criar condições para que o cursista possa refletir sobre o sentido pedagógico, histórico, social, político e cultural do uso desses conhecimentos em processos educativos. Há um esforço, portanto, de que os conteúdos do eixo da formação específica possam ser apropriados reflexiva e criticamente pelo cursista de modo a que contribuam com a resignificação da rotina e do saber fazer da vivência escolar.

Eles estão construídos de maneira a continuar a problematização da escola em relação àqueles temas transversais citados no eixo da formação pedagógica (identidade, educação, cidadania, trabalho e gestão), além de incluir outros temas ao estudo da escola, tais como: gestão democrática e participação na formação em gestão escolar; mídia, linguagem e tecnologia na formação em multimeios didáticos; alimentação saudável e sustentável na formação em alimentação escolar; espaço e meio ambiente, espaço educativo e manutenção técnica na formação em meio ambiente e manutenção de infra-estrutura escolar.

No eixo da formação específica, portanto, a ênfase não é dada pelas ciências e filosofia da educação, mas por outros saberes que envolvem nutrição, biologia, química, comunicação, administração, ciências contábeis, arquitetura, engenharia, meio ambiente, informática, direito, entre outros.

Com esses outros saberes e temas, são indicadas as especificidades da gestão de espaços educativos diferentes na escola.

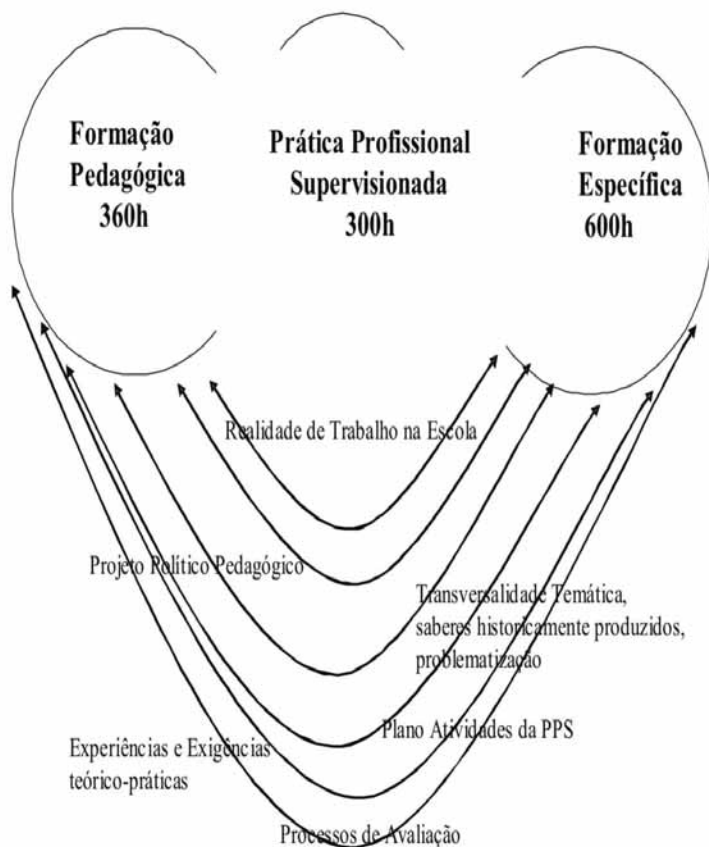
O eixo da formação específica é composto por dez módulos, equivalentes a 600h. Três deles, equivalentes a 180h, relativos a conteúdos de Informática Básica, de Produção Textual na Educação Escolar e de Direito do Trabalho e Administrativo, são comuns às quatro formações propostas, trazendo saberes importantes tanto para a atuação profissional como para os estudos no Profucionário. Por isso podem ser estudados concomitantemente aos módulos do eixo da formação pedagógica.

Assim, para formação específica propriamente, o Profucionário está constituído por sete módulos que equivalem a

420h, como serão especificados, juntamente com as competências, nas seções a seguir.

Antes, porém, é preciso notar que, como os eixos que constituem a estrutura curricular do Profucionário são flexíveis, podem ser flexionados em formas circulares, o que torna o trânsito de um para o outro mais intenso, conforme a figura a seguir deixa claro:

Figura 4 – Esquema das relações entre os eixos na constituição do currículo



3.4.3.1 Perfil específico do Técnico em Gestão Escolar

O perfil profissional do Técnico em Gestão Escolar é constituído por conhecimentos, saberes, princípios, valores e habilidades que o credenciam como educador e gestor escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a) conhecer os principais elementos, fundamentos e princípios de sua profissão;

- b) compreender as principais concepções de administração e como estas ressoam no planejamento educacional escolar;
- c) compreender e analisar as questões relativas aos meios e fins da educação, considerando processualmente o diagnóstico, a execução e a avaliação;
- d) conhecer e vivenciar a ética e a transparência na educação pública;
- e) compreender a unidade escolar como parte de um complexo educacional ligada a redes e sistemas de ensino;
- f) dominar os fundamentos da gestão curricular, gestão administrativa e gestão financeira da unidade escolar;
- g) compreender e analisar, considerando os seus princípios e práticas, uma gestão escolar com componentes autoritários e uma gestão escolar com componentes democráticos;
- h) compreender, analisar, elaborar, refletir e vivenciar o projeto político-pedagógico da escola;
- i) compreender e contextualizar, na lei e na prática social, a educação escolar, o Estado e as políticas educacionais;
- j) compreender e analisar a legislação educacional nas Constituições, nas Leis de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e nos Conselhos de Educação;
- k) dominar, analisar, refletir, fazer relações e mediações entre as normas emanadas dos conselhos de educação e o regimento escolar;
- l) ler, compreender e produzir com autonomia, registros e escritas de documentos oficiais, relacionando-os com as práticas educacionais;
- m) conhecer os fundamentos da contabilidade pública nos aspectos relacionados com o financiamento da educação, contabilidade da escola e da rede escolar;
- n) conhecer os fundamentos da administração de materiais. Compreender e fazer relações entre os equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem;
- o) conhecer os fundamentos da estatística. Compreender e fazer relações entre estatística e planejamento, estatística e avaliação, estatística e gestão, estatística e financiamento da educação.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Currículo para formação do Técnico em Gestão Escolar

TÉCNICO EM GESTÃO ESCOLAR		
MÓDULOS		Carga Horária
EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	EIXO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	360h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	EIXO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA	600h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas	60h
	11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola	60h
	12 – Legislação Escolar	60h
	13 – Técnicas de Redação e Arquivo	60h
	14 – Contabilidade na Escola	60h
15 – Administração de Materiais	60h	
16 – Estatística Aplicada à Educação	60h	
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Específica	1260h

3.4.3.2 Perfil específico do Técnico em Multimeios Didáticos

O perfil profissional do Técnico em Multimeios Didáticos é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia na escola. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

a) conhecer a natureza e os elementos historicamente construídos da comunicação humana, do gesto à fala e aos símbolos gráficos;

- b) entender a leitura das diversas linguagens e seu uso na instrução e na educação;
- c) dominar os conceitos básicos e as diversas teorias no campo da comunicação;
- d) ter familiaridade com os principais jornais diários e revistas semanais do Brasil, bem como saber produzir mídia impressa (jornal de escola, por exemplo);
- e) dominar os fundamentos das linguagens audiovisuais de comunicação: teatro, fotografia, cinema, rádio, tevê e internet;
- f) dominar as questões colocadas pela comunicação na educação como projeto e processo social e as contradições entre as mídias e a formação humanística;
- g) entender e dominar o conceito de mídia educativa e seus desdobramentos na produção de livros didáticos, de programas de rádio, de tevê e de vídeos educativos;
- h) conhecer as questões básicas referentes ao livro: produção, edição, classificação, catalogação;
- i) dominar os aspectos operacionais de bibliotecas escolares, inclusive da captação de títulos didáticos, literários e científicos, relacionados ao desenvolvimento do currículo da educação básica;
- j) gerenciar bibliotecas e videotecas escolares de pequeno e médio portes, supervisionado por profissionais habilitados em biblioteconomia;
- k) dominar o histórico e o desenvolvimento dos audiovisuais ligados à educação, bem como a interpretação crítica de suas formas e conteúdos;
- l) dominar os fundamentos das práticas dos laboratórios escolares nas diversas áreas: física, química, biologia, línguas, informática, bem como o papel dos professores, dos técnicos e dos estudantes no manuseio dos equipamentos e materiais;
- m) conhecer os fundamentos das expressões culturais que integram os conteúdos curriculares da educação básica e dominar as funções e gestão de seus espaços físicos: auditórios, teatros, cinemas, salas de vídeo, salas de dança, galerias de exposições de arte, museus;

n) dominar a história e a produção cultural do município e ter familiaridade com seus produtores e atores, com vistas à integração entre a escola e a comunidade;

o) conhecer os fundamentos da informática, o uso do computador no processo de ensino e aprendizagem, da internet como fonte de pesquisa e das novas tecnologias aplicadas às artes, com o domínio prático dos principais programas;

p) manter relacionamento construtivo com todos os professores no sentido de se prontificar a ajudá-los em seu trabalho de ensino com o uso das tecnologias de informação disponíveis na escola e na comunidade.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Currículo para formação do Técnico em Multimeios Didáticos

TÉCNICO EM MULTIMEIOS DIDÁTICOS		
MÓDULOS		Carga Horária
EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	EIXO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	360h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	EIXO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA	600h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	10 – Teorias da Comunicação	60h
	11 – Audiovisuais	60h
	12 – Biblioteca Escolar	60h
	13 – Laboratórios	60h
	14 – Oficinas Culturais	60h
15 – Informática Aplicada à Educação	60h	
16 – Informática Aplicada às Artes	60h	
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Específica	1260h

3.4.3.3 Perfil específico do Técnico em Alimentação Escolar

O perfil profissional do Técnico em Alimentação Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do espaço educativo de alimentação escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a) preparar cardápios escolares de alto valor nutritivo, baixo custo, preparo rápido e sabor regionalizado e sazonal;
- b) dominar os principais conhecimentos da profissão, integrando os conhecimentos científicos e tecnológicos transmitidos e produzidos, além de ressignificar a sua experiência profissional;
- c) conhecer na teoria e na prática os valores nutricionais dos alimentos, à luz dos aportes da química e da biologia, bem como a oferta regional de nutrientes de origem animal, vegetal e mineral em suas variações culinárias;
- d) conhecer os fundamentos e as práticas da educação alimentar nas diferentes fases da vida humana, bem como nas situações familiar, pessoal e escolar;
- e) diagnosticar na escola casos de subnutrição, obesidade e outros estados que exigem processo de reeducação alimentar;
- f) ter conhecimento crítico dos desvios na oferta de alimentos, principalmente em suas versões industriais e superfaturamentos;
- g) conhecer várias opções de receitas e de preparação de alimentos compatíveis com as refeições escolares, a partir da oferta regional e das estações do ano;
- h) escolher e planejar cardápios escolares a partir da elaboração das alternativas criadas pelos nutricionistas, quando houver;
- i) conhecer o mercado local de oferta de alimentos industriais, semi-elaborados e *in-natura*; e, ser capaz de efetuar compras dos insumos para a preparação semanal da merenda na escola;
- j) ter conhecimento teórico e prático do manejo de hortas domiciliares e escolares, como suporte parcial dos insumos da merenda escolar;

- k) dominar as técnicas de relações humanas com crianças, adolescentes e adultos, no sentido de acompanhá-los em sua educação alimentar, inclusive no consumo das refeições e alimentos escolares;
- l) dominar os princípios e práticas da organização de uma cantina e cozinha escolar, bem como o funcionamento e reparo dos seus equipamentos;
- m) conhecer os princípios e as técnicas de higiene e segurança do trabalho referentes à sua área de atuação na escola, incluindo práticas de conservação e armazenamento de alimentos e correto manejo do lixo;
- n) conhecer as políticas nacionais de abastecimento, de produção de alimentos e de alimentação escolar no contexto nacional.
- o) contribuir para a formação de hábitos saudáveis de alimentação e nutrição escolar;
- p) conhecer os princípios das dietas alimentares, a composição dos nutrientes e as quantidades adequadas para a merenda escolar enquanto alimentação diária e semanal de crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- q) ter a habilidade para dialogar com os profissionais das diversas áreas da educação e esforçar-se para praticar a interdisciplinaridade na educação alimentar e na oferta de merenda escolar;
- r) compreender as estações do ano e interpretar a sua influência na produção de alimentos e carnes;
- s) comunicar-se com os estudantes antes e durante a oferta dos alimentos, conduzindo-os para saber decidir a quantidade e suas escolhas;
- t) interpretar as informações obtidas pela mídia ou pela internet e distinguir o real e o enganoso;
- u) auxiliar a comunidade escolar e familiar a adquirir hábitos saudáveis;
- v) criar e manter hábitos saudáveis com a disposição para viver seus sonhos com saúde, prazer e como educador da alimentação escolar.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com os estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3 – Currículo para formação do Técnico em Alimentação Escolar

TÉCNICO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
MÓDULOS		Carga Horária
EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	EIXO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	360h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	EIXO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA	600h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	10 – Alimentação e Nutrição no Brasil	60h
	11 – Alimentação Saudável e Sustentável	60h
	12 – Políticas de Alimentação Escolar	60h
	13 – Produção e Industrialização de Alimentos	60h
	14 – Organização e Operação de Cozinhas Escolares	60h
15 – Planejamento e Preparo de Alimentos	60h	
16 – Cardápios Saudáveis	60h	
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Específica	1260h

3.4.3.4 Perfil específico do Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-Estrutura Escolar

O perfil profissional do Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-estrutura Escolar é constituído de conhecimentos, saberes, valores e habilidades que o credenciam como gestor do meio ambiente e da manutenção da infra-estrutura escolar. Espera-se, então, que esta formação profissional propicie as seguintes competências específicas:

- a) conhecer o histórico da evolução dos espaços escolares e as teorias arquitetônicas e pedagógicas de construção do espaço educativo;
- b) ter sensibilidade para identificar as carências e disfunções dos espaços físicos em relação aos princípios da educação brasileira e à proposta pedagógica da escola;
- c) dispor-se a agir solidariamente com os educadores e educandos na gestão do meio ambiente e do espaço escolar para estruturá-los como agentes educativos;
- d) compreender as questões ambientais no contexto da educação para a cidadania e para o trabalho, bem como do desenvolvimento nacional, regional e local;
- e) dominar o histórico da evolução do espaço geográfico do município, de suas zonas urbanas e rurais, na perspectiva da legislação ambiental e do plano diretor de ocupação territorial;
- f) gerenciar, do planejamento à execução, os serviços de higiene e limpeza da escola, solidariamente com os outros trabalhadores e estudantes;
- g) compreender as questões de segurança das escolas, no contexto de seu espaço geográfico e de seu projeto político-pedagógico, valorizando as relações de vizinhança e de serviço à comunidade;
- h) ter conhecimento e dominar a leitura e interpretação dos projetos físicos dos prédios que compõem a escola, localizando as diferentes áreas, as redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, e as outras plantas da arquitetura escolar;
- i) conhecer os princípios básicos e práticas mais simples da arquitetura e da engenharia civil, incluindo as técnicas de desenho, de forma a ser capaz de dialogar com os profissionais dessas áreas na perspectiva da formulação de espaços educativos e da qualificação da aprendizagem;

- j) ser capaz de entender os procedimentos de manutenção das redes elétrica, hidráulica e de esgotamento sanitário, bem como identificar problemas de funcionamento e executar reparos conjunturais, na medida dos recursos da escola;
- k) conhecer a estrutura e a operação dos principais equipamentos elétricos e eletrônicos em uso nas escolas, inclusive os didáticos, bem como executar reparos ao alcance dos recursos disponíveis;
- l) cuidar da conservação dos níveis desejáveis de ventilação e de temperatura ambiente nos espaços interiores das escolas;
- m) conhecer a rotina de manutenção física dos prédios escolares, incluindo tarefas de impermeabilização, conservação de coberturas, pisos e pinturas, bem como técnicas simples de construção em madeira, metal e alvenaria;
- n) ter familiaridade com os equipamentos e materiais didáticos mais comuns nas escolas, de forma a reconhecer as alternativas de seu uso nas diferentes situações pedagógicas e prover sua manutenção e conservação.

Essas competências devem ser adquiridas e construídas com os estudos teórico-práticos apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4 – Currículo para formação do Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-Estrutura Escolar

Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-Estrutura Escolar		
MÓDULOS		Carga Horária
EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	EIXO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	360h
	1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores	60h
	2 – Educadores e Educandos: tempos históricos	60h
	3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica	60h
	4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica	60h
	5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação	60h
	6 – Gestão da Educação Escolar	60h
	EIXO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA	600h
	7 – Informática Básica	60h
	8 – Produção Textual na Educação Escolar	60h
	9 – Direito Administrativo e do Trabalho	60h
	10 – Teorias do Espaço Educativo	60h
	11 – Meio Ambiente, Sociedade e Educação	60h
	12 – Higiene e Segurança nas Escolas	60h
	13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários	60h
	14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	60h
15 – Equipamentos e Materiais Didáticos	60h	
16 – Técnicas de Construção	60h	
Carga horária total	PPS + Formação Pedagógica + Formação Específica	1260h

Quadro 5 – Quadro geral dos módulos conforme formação específica

EIXO DA PRÁTICA PROFISSIONAL SUPERVISIONADA - PPS - 300h	EIXO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA – 360h			
	<p>1 – Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores</p> <p>2 – Educadores e Educandos: tempos históricos</p> <p>3 – Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica</p> <p>4 – Relações Interpessoais: abordagem psicológica</p> <p>5 – Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação</p> <p>6 – Gestão da Educação Escolar</p>			
	EIXO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA (MÓDULOS COMUNS) – 180h			
	<p>7 – Informática Básica</p> <p>8 – Produção Textual na Educação Escolar</p> <p>9 – Direito Administrativo e do Trabalho</p>			
	<p>GESTÃO ESCOLAR 420h</p> <p>10 – Trabalho Escolar e Teorias Administrativas</p> <p>11 – Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola</p> <p>12 – Legislação Escolar</p> <p>13 – Técnicas de Redação e Arquivo</p> <p>14 – Contabilidade na Escola</p> <p>15 – Administração de Materiais</p> <p>16 – Estatística Aplicada à Educação</p>	<p>MULTIMEIOS DIDÁTICOS 420h</p> <p>10 – Teorias da Comunicação</p> <p>11 – Audiovisuais</p> <p>12 – Biblioteca Escolar</p> <p>13 – Laboratórios</p> <p>14 – Oficinas Culturais</p> <p>15 – Informática Aplicada à Educação</p> <p>16 – Informática Aplicada às Artes</p>	<p>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 420h</p> <p>10 – Alimentação e nutrição no Brasil</p> <p>11 – Alimentação Saudável e Sustentável</p> <p>12 – Políticas de Alimentação Escolar</p> <p>13 – Produção e Industrialização de Alimentos</p> <p>14 – Organização e Operação de Cozinhas Escolares</p> <p>15 – Planejamento e Preparo de Alimentos</p> <p>16 – Cardápios Saudáveis</p>	<p>MEIO AMBIENTE E INFRA-ESTRUTURA ESCOLAR 420h</p> <p>10 – Teorias do Espaço Educativo</p> <p>11 – Meio Ambiente, Sociedade e Educação</p> <p>12 – Higiene e Segurança nas Escolas</p> <p>13 – Equipamentos Hidráulicos e Sanitários</p> <p>14 – Equipamentos Elétricos e Eletrônicos</p> <p>15 – Equipamentos e Materiais Didáticos</p> <p>16 – Técnicas de Construção</p>

3.5 Processo de avaliação

Avaliar é um desafio político, social e cultural. Um desafio pedagógico, sobretudo!

Avaliar pode significar reconhecer e identificar diferenças, desigualdades, diversidades, grupos étnicos, gêneros, gerações e classes sociais, ritmos e tempos diferentes.

Avaliar pode significar, por outro lado, discriminar, selecionar, mapear, controlar, hierarquizar.

Avaliar pode significar, ainda, um momento de explicitação de culturas, de crenças, de valores, de identidades, de visões do mundo e de educação, de balanço coletivo e pessoal.

Avaliar é um ato de reflexão e de crítica que só tem sentido se inserido no contexto histórico, social, político, territorial e cultural: no contexto de vida dos sujeitos envolvidos. Avaliar é a possibilidade de indivíduos e grupos sociais se situarem nos processos em que se constituem como sujeitos históricos.

É nesse último sentido que a avaliação é proposta no Profucionário. Significa dizer que os procedimentos, os materiais, as relações, os processos de aprendizagem, as experiências vivenciadas individual e coletivamente, a interação social, as dificuldades, as conquistas, os desafios assumidos e as gotas de esperanças devem ser valorizados, levados em conta na avaliação. Não para julgar, mas para poder ser e fazer diferente.

Envolvendo essa diversidade de elementos, visões e utopias, a avaliação deve acontecer continuamente ao longo do processo de autoformação de todos os sujeitos envolvidos no Profucionário, que é um processo de desconstrução e reconstrução da identidade profissional.

No que concerne ao processo de avaliação da aprendizagem, deve ser contínuo ao longo do estudo de cada módulo: com base em reflexão dialógica e participativa entre o tutor e o cursista, que devem considerar as relações entre os conhecimentos historicamente construídos e a escola, a educação e as práticas profissionais do cotidiano, além das relações com as experiências de vida.

Por isso, o registro de todas as atividades do cursista (sejam relatos, descrições ou narrativas, sejam questionamentos, dúvidas, discordâncias, sugestões, sentimentos e propostas) deve ser cuidadosamente feito, pois elas expressam a maneira como ele se apropriou e/ou construiu conhecimentos, valores, habilidades e permitem ao tutor encaminhá-lo para novos

desafios e para outras formas de participação social.

O Profuncionário foi concebido de tal forma que o percurso pedagógico do cursista, a partir de sua experiência na escola e no sistema educacional, leve-o, gradativamente, a se familiarizar com outros conhecimentos, habilidades e valores que passam a constituir sua nova identidade profissional.

No Profuncionário, prioriza-se, então, a avaliação participativa e dialógica, realizada ao longo de cada um dos módulos, nos encontros presenciais e na PPS, que são momentos constitutivos de um mesmo processo.

O processo de avaliação é momento do processo de formação (ele deve contribuir para a aprendizagem, mas não julgá-la) e tem objetivo emancipatório: que os sujeitos envolvidos se tornem capazes de se auto-avaliar (avaliar-se com autonomia) em relação ao processo de que participam como protagonistas.

Com esse raciocínio, o processo de avaliação é conduzido por meio de um Memorial, de autoria individual do cursista, comentado e problematizado pelo tutor.

O Memorial deve ser compreendido como documento/instrumento para registro das reflexões e da compreensão das vivências e experiências dos cursistas, bem como das suas dúvidas, observações e experimentações realizadas e relacionadas com os saberes e problemas colocados nos módulos.

As situações de estudo e de trabalho, que remetem dos módulos a atividades teórico-práticas, que vão desde a manipulação de ferramentas ou execução de cardápios até a participação em conselhos e em seminários, constituem objeto para registro no Memorial, mediado por reflexões e idéias próprias do cursista, que o conduzirão à auto-avaliação: à percepção de si no processo de formação.

O Memorial permite ao cursista e ao tutor perceberem um conjunto de elementos do processo de formação, com a finalidade de captar visões, reflexões, sonhos, questionamentos, dúvidas, idéias, críticas e dificuldades, observar ritmos e avanços e, assim, redirecionar os trabalhos para que todos aprendam, considerando a história de vida de cada um, bem como seus limites e diferenças.

O papel do tutor, nesse sentido, deve ser o de orientar o cursista na construção gradativa do Memorial.

O Memorial, portanto, é um documento/instrumento construído pelo cursista, com o qual poderá perceber a transformação

do saber e do saber fazer da vivência em prática educativa profissional, no diálogo contínuo com o tutor. É o documento que deve acompanhar todo o processo formativo/transformador no Profucionário.

Além do Memorial, outros dois instrumentos formais estão previstos para o registro e avaliação da aprendizagem do cursista. Trata-se do Relatório das atividades da PPS e do Formulário de registro e acompanhamento do cumprimento da carga horária total dessas atividades, atestado com a assinatura dos responsáveis pela supervisão: o tutor e, em casos específicos, outros profissionais qualificados.

A avaliação da PPS não pode se valer apenas da formalidade do Relatório e do Formulário. A observação in loco (no local), junto com o Relatório Final é que possibilitarão ao tutor captar a posição do cursista em relação a competências exigidas nas experiências de atividades práticas planejadas.

A observação, contudo, não pode ser uma observação de juiz, mas deve ser uma observação participante e dialógica, pois a prática não é apenas momento de aplicação, mas, também, é momento de construção e aquisição de conhecimentos e competências.

É preciso deixar claro, ainda, que Memorial, Relatório Final e Formulário são documentos diferentes com objetivos diferentes.

O Memorial documenta toda a trajetória do cursista a partir de suas reflexões (destina-se a ele mesmo), incluídas as reflexões sobre as atividades da Prática Profissional Supervisionada.

O Relatório Final, de autoria do cursista, por sua vez, documenta descritivamente a realização das atividades da PPS e os resultados alcançados (aquisição e construção de competências previstas) em processo e propostas. Este documento pode ser construído passo a passo, conforme a realização das atividades de PPS.

O Formulário, por fim, serve para o registro dos locais onde foram realizadas as atividades, do número de horas previstas para as atividades, do tipo de atividade teórico-prática realizada e outros registros a serem definidos pelas equipes estaduais.

O Relatório Final e o Formulário são documentos/instrumentos que à comprovação do cumprimento integral da carga horária da PPS, a serem tratados conforme legislação estadual.

Nesse sentido, as descrições e conclusões do Relatório, po-

dem e devem fazer parte do Memorial, tomando-se o cuidado de não provocar duplo trabalho. Assim, o que se produzir para o Relatório pode ser anexado no Memorial, no qual se complementará com alguma reflexão auto-avaliativa.

O processo de avaliação, portanto, é conduzido num diálogo entre cursista e tutor, cabendo ao último registrar a aprovação do primeiro a cada módulo vencido e a cada atividade planejada da PPS.

Nessa concepção de participação e diálogo, trabalha-se com o entendimento de que o cursista tem o direito de reconstruir e recriar a prática, bem como a compreensão dela, no momento em que se a diagnostica problemática ou posteriormente, o que possibilita o adiamento da menção “aprovado”, a menos que o cursista formalize sua desistência do curso, observadas as normas da escola e da legislação estadual.

Por fim, fica a cargo da instituição escolar credenciada pelo respectivo Conselho Estadual de Educação como certificadora do Profuncionário integrar em seu projeto político-pedagógico os procedimentos relativos aos registros das atividades, experiências e práticas desenvolvidas durante os processos de avaliação.

O quadro a seguir resume os instrumentos e princípios que orientam o processo de avaliação:

Quadro 6 – Resumo do processo de avaliação

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	
INSTRUMENTOS	PRINCÍPIOS
Em cada módulo: práticas de leitura, de experimentação, de investigação, de reflexão e de produção textual.	Processual – contínua, de todos elementos e momentos de formação.
No curso: <u>memorial</u> reflexivo da trajetória do cursista.	Diagnóstica – percepção das dificuldades com vistas a reconstruir e criar outras possibilidades de compreensão e prática.
Na PPS: <u>relatório final</u> , descritivo e conclusivo, e <u>registro</u> das horas em formulário adequado.	Participativa/Dialógica – coletiva e interativa.
	Emancipatória – auto-avaliação.

3.6 Sugestão para estudo dos módulos

Os módulos do Profuncionário têm como base os textos de linguagem escrita. Esses textos, com efeito, foram escritos numa perspectiva dialógica e problematizadora, voltados diretamente ao cursista e buscando transmitir criticamente informações e conhecimentos por meio da remissão do leitor a problemas do campo da educação, do cotidiano das escolas e das relações entre escola, comunidade, sociedade e Estado.

Além do texto escrito, os módulos são ilustrados com desenhos, para ampliar as possibilidades de compreensão e problematização dos conteúdos.

Cada módulo está dividido em unidades que problematizam temas e conceitos específicos a serem estudados por meio de atividades de investigação, reflexão e/ou de aplicação teórico-prática, além de sugestões de atividades complementares, como assistir e debater filmes, ler textos mais específicos no desenvolvimento de conceitos e teorias, consultar páginas eletrônicas.

Observando-se os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos do Profuncionário, todos os módulos seguem um desenho educativo expresso por uma iconografia que orienta o cursista na leitura, indicando atividades investigativas e reflexivas, atividades complementares e destacando passagens importantes do texto escrito, além de sugerir materiais alternativos e complementares de estudo, como será mostrado a seguir:



- Quando se encontra o ícone **ATENÇÃO**, é porque há algo importante no texto, que merece ser tratado com mais demora e cuidado para ser bem compreendido. Às vezes o ícone remete para o próprio texto e, outras vezes, remete para fora dele.



- Este ícone **SAIBA MAIS** aparece nos módulos para indicar outras fontes de consulta, como livros, filmes, músicas, entre outros, os quais são fontes complementares para a compreensão do assunto que está sendo tratado naquele momento do estudo.

Já este outro **SAIBA MAIS** ícone, aparece quando é preciso dar explicações e informações que não cabem no texto, tais como: sobre acontecimentos, biografias, teorias, palavras, conceitos, entre outros.



- Além dos ícones de Saiba Mais, os ícones **INTERNET** convidam a consultar páginas e sítios na internet que ajudam a compreender um determinado assunto tratado no módulo, por meio de outras linguagens e informações.



- Os ícones **REFLEXÃO** convidam a parar a leitura por um momento e pensar sobre o problema e/ou situação que estão sendo colocados. Normalmente, essa parada é fundamental para compreender a seqüência do módulo. Às vezes, o ícone Reflexão indica a necessidade de uma investigação fora do módulo, seja teórica (em outros materiais) ou empírica (na vivência).



- Por fim, os ícones **PRATIQUE** são aqueles que sugerem as principais atividades teórico-práticas a serem realizadas durante o estudo do módulo. Essas atividades servem tanto para problematizar como para explicar ou provocar a construção ou reconstrução daquilo que se está acostumado a fazer.



As atividades propostas por meio dos ícones **PRATIQUE**, assim como algumas atividades propostas por meio dos ícones **REFLEXÃO**, **SAIBA MAIS** e **INTERNET**, que exigem pesquisa fora dos módulos, são, ao mesmo tempo, sugestões para o plano de **Prática Profissional Supervisionada**, conforme deci-

são a ser tomada entre cursista e tutor e devem ser registradas reflexivamente no memorial.

Além dessa iconografia, os módulos apresentam também **figuras e fotografias ilustrativas e educativas**, que permitem ao leitor visualizar e conhecer objetos e equipamentos importantes na formação profissional. Também por meio das figuras e fotografias o leitor tem a possibilidade de visualizar e conhecer objetos e equipamentos importantes na formação profissional, como no exemplo a seguir:

Antonio Gramsci



Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos maiores pensadores marxistas. Italiano, natural da Sardenha, funda o Partido Comunista Italiano em 1921. Eleito deputado em 1924, é perseguido juntamente com outros membros do PCI pelo governo fascista de Mussolini. Preso em novembro de 1926, permanece encarcerado até as vésperas de sua morte, em 1937.

4

Ementário

Aqui se encontra, nas ementas, a indicação dos conteúdos para elaboração de cada um dos trinta e sete módulos que compõem as quatro habilitações oferecidas no Profucionário.

As ementas, assim, orientam os elaboradores a definir e a valorizar os conhecimentos e competências mais importantes a serem buscados no estudo de cada módulo.

4.1 Eixo da Formação pedagógica comum às quatro habilitações

MÓDULO	EMENTA
<p>1 - Funcionários de Escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores</p> <p>Elaborador: João Antônio Cabral de Monlevade</p>	<p>Os funcionários da escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não-docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino.</p>
<p>2 - Educadores e Educandos: tempos históricos</p> <p>Elaboradora: Maria Abádia da Silva</p>	<p>A educação e a escola através dos processos históricos. A construção, organização e o significado das instituições escolares. Educação e ensino. Funções da escola na sociedade capitalista. As relações entre classes sociais e educação. Processos educativos: continuidades e descontinuidades. Movimentos sociais de mudanças e de resistência. Diversidade étnico-cultural: homens e mulheres sujeitos históricos. Governo, mercado e educação.</p>
<p>3 - Homem, Pensamento e Cultura: abordagens filosófica e antropológica</p> <p>Elaborador: Dante Diniz Bessa</p>	<p>Processo de construção da cidadania. Filosofia como instrumento de reflexão e prática. Ética, moral e política. O ambiente físico e social. Relações homem-natureza. Aspectos e valores culturais. Linguagem e comunicação.</p>

<p>4 - Relações Interpessoais: abordagem psicológica</p> <p>Elaboradora: Regina Lúcia Sucupira Pedroza</p>	<p>Processo de desenvolvimento humano: infância, adolescência, fase adulta e velhice. Relações e práticas pedagógicas educativas na escola. Relações interpessoais na perspectiva da construção coletiva na educação. Desenvolvimento afetivo e cognitivo.</p>
<p>5 - Educação, Sociedade e Trabalho: abordagem sociológica da educação</p> <p>Elaboradores: Ricardo Gonçalves Pacheco e Erasto Fortes Mendonça</p>	<p>A sociologia como resposta intelectual às transformações sociais resultantes da Revolução Industrial, do Industrialismo e da Revolução Francesa. Elementos e características do Funcionalismo e do Materialismo Dialético. Educação na perspectiva conservadora: o registro conservador de Émile Durkheim e a influência do pensamento liberal de John Dewey e da teoria do Capital Humano. Educação na perspectiva crítica: educação como reprodutora da estrutura de classes ou como espaço de transformação social. Reestruturação capitalista, reformas do Estado e o mundo do trabalho: o desenvolvimento das relações de trabalho na história da humanidade. A reestruturação do modo de produção capitalista. As reformas do Estado, o papel da escola e o compromisso social dos trabalhadores da educação.</p>
<p>6 - Gestão da Educação Escolar</p> <p>Elaborador: Luiz Fernandes Dourado</p>	<p>Administração e gestão da educação: concepções, escolas e abordagens. A gestão da educação: fundamentos e legislação. Reforma do Estado brasileiro e a gestão escolar. Gestão, descentralização e autonomia. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos.</p>

4.2 Eixo da Formação Específica

4.2.1 Módulos comuns

MÓDULO	EMENTA
<p>7 - Informática Básica</p> <p>Elaborador: João Kerginaldo Firmino do Nascimento</p>	<p>Curso Básico de Informática. Descobertas e criações do homem na sua relação com a natureza e o trabalho. Industrialização no Brasil. O que é tecnologia. Tecnologias da Informação. Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Tecnologias e mercado de trabalho. O que é informática. A informática na formação do trabalhador. Sistema operacional Windows XP. Editor de texto Word XP. Navegador Internet Explorer. Linux. O editor de texto no KWord. Navegador Mozilla Firefox.</p>
<p>8 - Produção Textual na Educação Escolar</p> <p>Elaboradora: Olga Cristina Rocha de Freitas</p>	<p>Produção de textos. Leitura e compreensão de textos. Desenvolvimento da leitura e escrita em documentos oficiais educacionais. A arte de ler, de escrever e de comunicar.</p>
<p>9 - Direito Administrativo e do Trabalho</p> <p>Elaborador: Walter Candido Borsato de Moraes</p>	<p>Conceitos fundamentais de Direito. O mundo do trabalho. A Constituição Federal e a conquista da cidadania. Os direitos do trabalhador brasileiro. Elementos de Direito Administrativo. Os funcionários da educação como sujeitos de sua própria história.</p>

4.2.2 Técnico em Gestão Escolar

MÓDULO	EMENTA
<p>10 - Trabalho Escolar e Teorias Administrativas</p> <p>Elaborador: José Vieira de Sousa</p>	<p>Concepções de educação e relação escola-sociedade. Grupo e organização: conceito, tipologia e características. Principais teorias administrativas: fundamentos conceituais e históricos da Administração. Política, planejamento e legislação educacional: conceitos, relações e a questão meios e fins na educação. Planejamento escolar: diagnóstico, execução e avaliação. Ética e transparência no serviço público.</p>
<p>11 - Gestão Democrática nos Sistemas e na Escola</p> <p>Elaboradora: Regina Vinhaes Gracindo</p>	<p>A escola, o Sistema Educacional e a relação entre as diversas instâncias do Poder Público. O processo de construção da gestão democrática na escola e no sistema de ensino, seus instrumentos e elementos básicos. O financiamento da educação no Brasil e a gestão financeira da escola. O processo de construção do projeto político- pedagógico e a participação dos diversos segmentos escolares.</p>
<p>12 - Legislação Escolar</p> <p>Elaboradores: Aquiles Santos Cerqueira e Ricardo Gonçalves Pacheco</p>	<p>A educação nas Constituições. O Plano Nacional de Educação e o propostas do CONED. O regimento escolar. A educação pública nas Constituições. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. Plano Nacional de Educação e propostas do CONED. Regimento Escolar: Construção e significado na perspectiva da autonomia.</p>
<p>13 - Técnicas de Redação e Arquivo</p> <p>Elaboradora: Roseneide Magalhães de Sousa</p>	<p>Leitura e interpretação da legislação. Credenciamento, autorização e reconhecimento de escolas. Os documentos escolares. Escritas e registros. Avaliação escolar. Relações entre sistemas. Certificações: diplomas, certificados, atestados e declarações. Históricos e transferências.</p>
<p>14 - Contabilidade na Escola</p> <p>Elaborador: Carlos Mattos de Souza Junior</p>	<p>Noções básicas de contabilidade. Prática contábil. Contabilidade na escola. Finanças públicas. Receita e tributação. Classificação de despesas. Balanços. Orçamentos. Contabilidade da escola e da rede escolar.</p>
<p>15 - Administração de Materiais</p> <p>Elaboradora: Olga Cristina Rocha de Freitas</p>	<p>A materialidade do processo educativo escolar: prédios, equipamentos e recursos didáticos. Relação entre equipamentos físicos, materiais pedagógicos, educação e aprendizagem. Gestão de rede, de escola e de sala de aula: a questão da descentralização. Compras, produção e conservação. Almoxarifado. Equipamentos patrimoniais</p>
<p>16 - Estatística Aplicada à Educação</p> <p>Elaborador: Carlos Augusto de Medeiros</p>	<p>Conceitos matemáticos: razões e proporções; grandezas e medidas; regra de três simples; porcentagem; coeficientes, taxas e índices; sistema de coordenadas cartesianas; arredondamento. Variáveis, tabelas e gráficos: população e amostra; estatística descritiva e estatística indutiva ou inferencial; variáveis; tabelas; gráficos: diagramas, cartogramas e pictogramas. Distribuição de freqüência: dados brutos e rol; distribuição de freqüência: gráficos de uma distribuição; curvas de freqüência. Medidas de resumo: medidas de tendência central (média, média aritmética ponderada, mediana e moda); medidas de dispersão (dispersão e variação, desvio padrão e coeficiente de variação); medidas de posição (quartis, decis e percentis).</p>

4.2.3 Técnico em Multimeios Didáticos

MÓDULO	EMENTA
10 - Teorias da Comunicação Elaborador: Dante Diniz Bessa	Comunicação humana. História da comunicação. Comunicação e linguagem. Elementos de semiótica. Formas e tecnologias de comunicação. Comunicação e educação. Comunicação, ensino e aprendizagem. Mídia e comunicação: imprensa, rádio, cinema, televisão e internet.
11 - Audiovisuais Elaboradora: Laura Maria Coutinho	A importância do desenho e da pintura no processo civilizatório. As grandes escolas de artes plásticas. O rádio e a massificação informativa. Fotografia: teoria e prática. Cinema: produção e consumo. O vídeo: produção e uso educativo. Rádios e televisões educativas. A interação entre a escola e a mídia
12 - Biblioteca Escolar Elaboradores: Maria das Graças Pimentel, Liliane Bernardes Carneiro e Marcelo Santana Costa	Biblioteca escolar. Organização de acervo bibliográfico. Dinamização da biblioteca. Mediadores da leitura. O museu e a escola.
13 - Laboratórios Elaboradora: Joelma Bomfim da Cruz	A experimentação como prática científica. As grandes descobertas. Laboratórios. O desenvolvimento dos laboratórios escolares: concepção, uso e rotina. Laboratório de Ciências: biologia, química e física. Laboratório do ensino de línguas. Laboratório de informática. Perfil do técnico em laboratórios.
14 - Oficinas Culturais Elaboradores: Maria das Graças Pimentel, Liliane Bernardes Carneiro e Jacinto Guerra	Educação e cultura. O Brasil e a diversidade cultural. Cultura erudita, cultura popular e cultura de massa. Identidade cultural da comunidade escolar. Atividades culturais na escola.
15 - Informática Aplicada à Educação Elaborador: João Kerginaldo Firmino do Nascimento	Informática na educação. Histórico da informática educativa no Brasil. O uso do computador na escola como recurso pedagógico. A importância da capacitação e do papel do professor, do administrador escolar e do funcionário da educação. O uso da internet na educação.
16 - Informática Aplicada às Artes Elaboradores: Suzete Venturelli e Lúcio Teles	Informática para a criação artística. O computador como ferramenta para trabalhos artísticos. Ferramentas básicas do NVU, para criação de páginas em HTML para rede internet. Apresentação do programa Gimp, para edição de imagens. Realização de atividade prática.

4.2.4 Técnico em Alimentação Escolar

MÓDULO	EMENTA
10 - Alimentação e Nutrição no Brasil	Alimentação e nutrição no Brasil. Homem gabiru. Conferência Nacional de Saúde. Significado da alimentação. Formação da cozinha brasileira. Fome oculta. Anemia. Vitamina A. Bócio. Zinco. Transição nutricional. Memória do comer. Alimentação da criança. Criança para criança. Plano rotativo e recreação orientada. Sal de cozinha. Alimentação saudável x Constipação. Comensalidade. Estilo de vida x novas doenças. Ciclos da vida. Atividade física e saúde. Projeto político-pedagógico: exercício de democracia e participação na escola.
11 - Alimentação Saudável e Sustentável	Alimentação Saudável. Influência da propaganda nos hábitos alimentares. Obesidade. Saúde bucal. Comparação de cardápios. Comer bem e barato. Experiências de sucesso. Hortas perenes. Diferentes tipos de contaminação. Aditivos químicos nos alimentos. Dieta, crime e delinquência. Gráficos: comparação de valores nutritivos. Conquistas de uma alimentação saudável.
12 - Políticas de Alimentação Escolar Elaboradoras: Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito	A ação do Estado brasileiro como regulador e provedor da alimentação escolar. Alimentação escolar e seus benefícios: fundamentos para a educação de qualidade. A Entidade executora: estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais. A gestão da alimentação escolar: centralização, descentralização, semi-descentralização, escolarização e terceirização. O nutricionista na alimentação escolar. Da(o) merendeira(o) à educadora alimentar. Cozinhas e cantinas nas escolas públicas. Alimentação escolar no contexto internacional.
13 - Produção e Industrialização de Alimentos Elaboradoras: Carla Maria Cartocci e Sabrina Burjack Neuberger	Contextualização da produção e industrialização de alimentos a partir da ocupação dos portugueses. Análise da importância regional da cultura e meio ambiente para a segurança alimentar do povo brasileiro e sua contribuição para a merenda escolar. Evolução da população brasileira. Da geopolítica da fome ao “celeiro do mundo”. Brasil auto-suficiente na produção de alimentos. Dados da produção, industrialização e distribuição de alimentos nos anos 2000. Comercialização no atacado e no varejo. Produção familiar e escolar: hortas, pomares e criações.
14 - Organização e Operação de Cozinhas Escolares Elaboradoras: Renata Bernadon e Gabriela Tavares Cardoso	Aspectos fisiológicos e culturais da alimentação nas diferentes fases da vida e na escola. Papel do(a) educador(a) alimentar. Demanda energética em cada faixa etária, demanda sociocultural e regionalismo alimentar. Alimentação como celebração. Conceito de cantina, cozinha e refeitório, na escola. Como o merendeiro(a) pode tornar-se um(a) educador(a) alimentar. Como incentivar atividades educativas e formativas relacionadas à alimentação na escola. Contaminantes de alimentos. Noções básicas sobre microorganismos e as doenças transmitidas por alimentos. Uso consciente da água. Tratamento e destino do lixo. Higiene pessoal, no lar, dos alimentos, dos utensílios, do local de trabalho e dos equipamentos. Utilização de receitas, pesos e medidas. Ambiência, composição e organização da área de alimentação na escola. A implantação de um serviço de alimentação saudável na escola pública.
15 - Planejamento e Preparo de Alimentos	Orientação alimentar. Alimentos nacionais, regionais e sazonais. Fome oculta e doenças da fome. Enriquecimento e fortificação de alimentos. Rotulagem nutricional. Aditivos químicos. Hortas perenes. Muros vivos. Paisagismo produtivo e plantas medicinais. Preparação e conservação de alimentos. Pirâmide alimentar. Mídia e alimentação saudável. Vida ativa e saúde.
16 - Cardápios Saudáveis	Patrimônio cultural da alimentação brasileira. Segurança e soberania alimentar. Café da manhã tradicional e regional. Desperdício de alimentos. Memória alimentar. Cardápios saudáveis.

4.2.5 Técnico em Meio Ambiente e Manutenção de Infra-Estrutura Escolar

MÓDULO	EMENTA
10 - Teorias do Espaço Educativo Elaboradores: Antônio Carlos Cabral Carpintero e Jaime Gonçalves Almeida	Conceito de espaço. História dos espaços escolares como expressão de diferentes culturas e pedagogias. Espaço natural, espaço arquitetônico e espaço educativo. O colégio jesuítico nas cidades e nas missões. O espaço escolar na educação pombalina. Os prédios escolares do Império e da Primeira República. O enxugamento dos espaços escolares nas décadas de massificação: salas de aula e dependências administrativas. O papel dos funcionários em cada modelo de escola. O currículo como modelador dos espaços: salas-ambiente. Educação e entorno socioambiental. Teorias de manutenção da qualidade material das edificações e dos equipamentos.
11 - Meio Ambiente, Sociedade e Educação Elaborador: Ivan Dutra Faria	Noções básicas de ecologia, meio ambiente e sua preservação. Contribuições da física, química e biologia. Equilíbrio ecológico. A ocupação da natureza do território brasileiro e do município pelo homem em suas atividades econômicas: os impactos ambientais. Educação escolar e meio ambiente. Preservação dos mananciais hídricos. Manejo do lixo na comunidade e na escola. Desenvolvimento social e ambiental.
12 - Higiene e Segurança nas Escolas Elaborador: Ivan Dutra Faria	A higiene como expressão material da saúde humana. Construção social do conceito de higiene e de sua realidade na escola. Cidade limpa, bairro limpo, escola limpa. O uso higiênico dos espaços escolares. O uso da água como bem escasso da natureza, da comunidade e da escola. Hábitos de higiene dos estudantes e limpeza do ambiente escolar. Coleta seletiva de lixo. O papel do funcionário como gestor da limpeza e higiene na escola. Conceitos de segurança. Relações sociais e educativas na comunidade e na escola: separação e integração. Cidade segura, bairro seguro, escola segura. Segurança no interior da escola: o funcionário como agente repressor ou mediador de conflitos. O adolescente infrator e a reeducação. O Estatuto da Criança e do Adolescente.
13 - Equipamentos Hidráulicos e Sanitários Elaboradora: Chênia Rocha Figueiredo	O planeta água. Captação, distribuição e consumo de água nas escolas. Acesso à água potável. Bebedouros e refrigeradores: estrutura, funcionamento e reparos. Equipamentos hidrosanitários nas cozinhas, cantinas e sanitários. Leitura de plantas dos projetos hidrosanitários. Estrutura e funcionamento da rede de esgotamento sanitário, próprio ou integrado à cidade. Prática de reparos nos equipamentos hidráulicos e sanitários
14 - Equipamentos Elétricos e Eletrônicos Elaboradora: Chênia Rocha Figueiredo	Eletricidade como fonte de energia. Fundamentos teóricos e aplicações na escola. Iluminação de ambientes externos e internos ao prédio escolar. Equipamentos e gasto de energia: estrutura e funcionamento. Ventilação e condicionamento artificiais do ar. Instalações elétricas. Manutenção e reparo de instalações e equipamentos. Aparelhos eletrônicos: manuseio, manutenção e reparos. Progresso científico e impacto ambiental da produção de energia.

<p>15 - Equipamentos e Materiais Didáticos</p> <p>Elaboradora: Olga Cristina Rocha de Freitas</p>	<p>Conceitos básicos de Didática e Metodologias do ensino na educação básica. Equipamentos e materiais de creches e de pré-escolas. Equipamentos e materiais nos processos de alfabetização. Equipamentos e materiais no ensino fundamental e médio: do quadro de giz aos recursos específicos modernos. Equipamentos e recursos específicos para portadores de necessidades educacionais especiais. Papel do técnico em sua relação com professores e estudantes.</p>
<p>16 - Técnicas de Construção</p> <p>Elaborador: Jaime Gonçalves Almeida</p>	<p>Construção como aplicação de materiais e de suas relações com a sustentabilidade ambiental. Arquitetura, engenharia civil e educação. Evolução histórica das construções: na Europa, na América pré-colombiana, no Brasil colonial, independente e moderno. Leitura e desenho de projetos. Especificações escolares. Leitura de plantas de prédios escolares. Prática elementar de construções e reformas: alicerces, vigas, pilares, ferragens, paredes, rebocos, azulejos, pisos, pintura, impermeabilizações, cercados, muros. Instalações elétricas e hidrosanitárias adaptadas às especificações escolares. Construção e manutenção de quadros de giz. Orçamento e custos de construções. Papel do funcionário quanto à construção, conservação e manutenção física dos prédios escolares. Qualidade e segurança.</p>

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete. *Educação como política pública*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BESSA, Dante Diniz. Produção de conhecimentos e de sujeitos críticos em educação: reflexões sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas. In: MUNHOZ, A.; FELDENS, D.; SCHUCK, R. *Aproximações sobre o sujeito moderno: traçando algumas linhas*. Lajeado: Univates, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação Básica. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de Educação Básica. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de profissional de Serviços de Apoio Escolar. Parecer CNE/CEB nº 16/2005. Aprovado em 3 de agosto de 2005. A ser homologado pelo Ministro da Educação. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. Por uma Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação. Em cena, funcionários de escola. Brasília, set. 2004.

CADERNOS CEDES. Arte e Manhas dos projetos políticos e pedagógicos. Campinas, v. 23, nº 61. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, C. A.; MORAES, K. N.º; OLIVEIRA, J. F. *Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia*. 1. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

FERREIRA, Naura S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (org.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza S.; OLIVEIRA, João Ferreira (org). *Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate*. Goiânia: Editora UCG, 2004.

FREITAS, Olga. *Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, funcionários de escola*. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2004.

HABERMAS, Jürgen^o *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MENDONÇA, Erasto Fortes. *A Regra e o Jogo*. Campinas/SP: Lapplane, 2000.

MONLEVADE, João Antonio C. *Funcionários das escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis*. Brasília: Idea, 2000.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino e LIMA, Manoel C. *Terceirização na educação: a face moderna do retrocesso*. Brasília: SAE/DF, 2001.

OLIVEIRA, Dálila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. *Bolsa escola e renda minha: renda minha e educação na visão das mães*. Brasília, 2005. Dissertação de Mestrado, FE/UnB.

PEDROZA, Regina L. S. ; YOKOV, T. *Psicologia escolar em educação infantil: reflexões de uma atuação*. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 9, nº 1, 2005.

RIOS, Terezinha A. *Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JUNIOR, João Reis. *A reforma do Estado e da educação*. São Paulo: Xamã, 2003.

SILVA, Maria Abádia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: Autores Associados/FAPESP, 2002.

TEIXEIRA, Anísio Espíndola. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Nacional, 1969.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. *As dimensões do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papyrus, 2001.

VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

